PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 17/2026

MODALIDADE
Inexigibilidade nº 012/2026

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, DATA PREVISTA: 09 DE 12 DE JULHO DE 2026. LOCAL: BRASÍLIA-DF.

JULHO/2026

ÍNDICE

PORTARIA QUE INSTITUI OS MEMBROS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE COMPRAS (AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO)	001 A 006
SOLICITAÇÃO SETORIAL	007 A 014
AUTORIZAÇÃO DO GESTOR PARA O ÍNICIO DO PROCESSO	015 A 017
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD	018 A 022
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP	023 A 024
TERMO DE REFERÊNCIA	025 A 038
ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA • CRONOGRAMA DO EVENTO • CURRICULUM DO PALESTRANTE • CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO • ENQUADRAMENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES • MINUTA DO EMPENHO	039 A 092
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT.	093 A 094
CÓDIGO DE CADASTRO DO FORNECEDOR	095 A 096
DOCUMENTOS DA EMPRESA	097 A 110
VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NA DATA 01/07/2026	111 A 134
ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO: • COTAÇÕES/PROPOSTAS E BALIZAMENTO DE PREÇOS • DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO ART.23 DA LEI 14.133/2021 • RELÁTÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	135 A 153
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	154 A 155
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	156 A 163
AUTORIZAÇÃO DO GESTOR PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO	164 A 165

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE E CONTRATAÇÃO	166 A 172
PARECER JURÍDICO	173 A 194
VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NA DATA DA HOMOLOGAÇÃO	195 A 219
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO	220 A 222
ANEXOS	
ORDEM DE FORNECIMENTO	
PROCESSO DE CONTABILIZAÇÃO	
ENVIO INFORMAÇÕES PARA O APLIC	
RELATÓRIOS DO SISTEMA: • SOLICITAÇÃO DE COMPRAS • ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS	
CERTIFICADOS	
RELATÓRIO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	

Fls. 001

RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO

Fls. 002

Publicado por afixação em local público de costumes em 20/02/24

Secretaria de Administração.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021/2024

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e dá outras providências.

Jose Carlos Batista, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o que dispõe o seu artigo 8º; e

Considerando o disposto na Resolução nº 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**, efetiva no cargo de Agente Administrativa, Matrícula Funcional 449, para exercer a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Poder Legislativo de Itiquira-MT, com as atribuições descritas na Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024, bem como nas diretrizes definidas no Anexo I da Resolução nº 02/2023.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 20 de fevereiro de 2024

Jose Carlos Batista
Presidente
Gestão 2023-2024

Art. 2° - Designar a servidora Jaciane Almeida Campinas, devidamente inscrita no CPF sob o n° ***.854.729-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4° - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial da Portaria DLC n° 160/2023;

Itanhangá – MT, 20 de fevereiro de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Bruno Henrique Ascari Felix

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA DLC Nº 026/2024

DATA: 20 de fevereiro de 2024.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1° a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° ***.535.721-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 067/2023**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **MARCOS JOEL REICHERT LEDUR – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.929.692/0001-40, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, TENDA E TELÃO, LOCAÇÃO DE SOM DE RUA E BANDA MUSICAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Aline Stefany Santos Souza, devidamente inscrita no CPF sob o n° ***.904.011-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4° - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial da Portaria DLC n° 179/2023;

Itanhangá – MT, 20 de fevereiro de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Bruno Henrique Ascari Felix

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

Fls. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021/2024

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e dá outras providências.

Jose Carlos Batista, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o que dispõe o seu artigo 8º; e

Considerando o disposto na Resolução nº 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**, efetiva no cargo de Agente Administrativa, Matrícula Funcional 449, para exercer a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**do Poder Legislativo de Itiquira-MT, com as atribuições descritas na Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024, bem como nas diretrizes definidas no Anexo I da Resolução nº 02/2023.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 20 de fevereiro de 2024

Jose Carlos Batista

Presidente

Gestão 2023-2024

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2024

Dispõe sobre a designação de Chefe Encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados e dá outras providências.

Jose Carlos Batista, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

Considerando o art. 6º da Lei Municipal nº 1.247/2023;

Considerando a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD); e

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicado por afixação em local público de costumes em 05/02/26.

Secretaria de Administração.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

EQUIPE DE APOIO:

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

Art. 2º - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

Art. 3º - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

Art. 4º - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

Fls. 106

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

EQUIPE DE APOIO:

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

Art. 2º - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

Art. 3º - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

Art. 4º - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 146/2024

Contratante: Município de Itiquira/MT

Contratado(a): Jucineia de Fatima Gonçalves

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 10 de fevereiro de 2026, a pedido da servidora.

Cargo: Neuropedagogo.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 072/2025

Contratante: Município de Itiquira/MT

Contratado(a): Gilberto Aparecido Tenorio

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 09 de fevereiro de 2026, a pedido do servidor.

Cargo: Servente de Pedreiro.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026.

Data da vigência: 02/02/2026 a 18/12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MAURA LIMA PEREIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 045/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026.

Data da vigência: 29/01/2026 a 18/12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): CRISTIANE COIADO RAYSARO

Objeto: Contrato Administrativo nº 001/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 29/01/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026

Data da vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): GUSTAVO DE SOUZA ALENCAR

Objeto: Contrato Administrativo nº 049/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 02/02/2027, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS -

Fls. 007

SOLICITAÇÃO SETORIAL

Fls. 008

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GABINETE DO VEREADOR SILVANE TUNES LEITE

Itiquira - MT, 01 de JULHO de 2026.

D0: GABINETE DO VEREADOR SILVANE TUNES LEITE

Para: GABINETE DO PRESIDENTE

EXMO. EDIOMAR GOBBI

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar autorização para inscrição do 46° Congresso de Gestão Pública, que irá acontecer em Brasília DF, nos dias 07 a 10 de JULHO de 2026. Local: Hotel Laguna Plaza Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF

Sem mais para o momento, desde já agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

SILVANO TUNES
VEREADOR 2025/2028
MATRICULA 548

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001092

Fls. 009

Número do processo: 000001092 Número Único: BYQ.CBX.3VB-RJ

Requerente: GABINETE DO VEREADOR SILVANE TUNES CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

Observação: CI GABINETE VEREADOR SILVANE TUNES

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GABINETE DO VEREADOR

Itiquira - MT, 01 de julho de 2026.

Do: GABINETE DO VEREADOR FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO JOTA

Para: GABINETE DO PRESIDENTE
EXMO. EDIOMAR GOBBI

Assunto: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO No Curso com o tema: 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar autorização para inscrição no Curso com o tema 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA que irá acontecer Brasília DF, nos dias 07 a 10 de Julho organizado pela INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES

Sem mais para o momento, desde já agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO JOSE PINHEIRO JOTA
Data: 01/07/2026 11:26:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO JOTA
VEREADOR 2025/2028
MATRICULA 545

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001093

Fls. 011

Número do processo: 000001093 Número Único: DDA.EL7.A1L-HV

Requerente: GABINETE DO VEREADOR FRANCISCO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

tuação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CURSO COM TEMA 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

Observação: CI GABINETE VEREADOR FRANCISCO JOSE

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CI GABINETE DO VEREADOR 007/2026 Itiquira - MT, 01 de julho de 2026.

Do: GABINETE DO PROFESSOR JOÃO NETO

Para: GABINETE DA PRESIDENCIA

Assunto: SOLICITAÇÃO

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo e solicitar um curso em Brasília-DF.

Em BRASÍLIA-DF para 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.

De 07/07/2026 a 10/07/2026 forma presencial.

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente

JOÃO NETO DA SILVA

Vereador

Matrícula Funcional 546

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001091

Fls. 013

Número do processo: 000001091 Número Único: GUQ.A5K.D8S-HS

Requerente: GABINETE JOÃO NETO DA SILVA CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

uação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO

Observação: CI 007/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Fls. 014

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CARLOS BATISTA (ZÉ GORDO)

Itiquira - MT, 01 de julho de 2026.

D0: GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CARLOS BATISTA (ZÉ GORDO)

Para: GABINETE DO PRESIDENTE
EXMO. EDIOMAR GOBBI

Assunto: **Solicitação para inscrição para participar do 46º congresso de gestão pública a ser realizado de 07/07/2026 a 10/07/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes.**

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar autorização para inscrição para participar do 46º congresso de gestão pública a ser realizado de 07/07/2026 a 10/07/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasília-DF.

Sem mais para o momento, desde já agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS BATISTA (ZÉ GORDO)
VEREADOR 2025/2028
MATRICULA 547

Recbi em 01/07/26

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

AUTORIZAÇÃO DO GESTOR

Fls. 016

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GP 123/2026 **Itiquira - MT, 01 DE JULHO DE 2026.**

Da: GABINETE DO PRESIDENCIA

Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ILMA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA

Assunto: AUTORIZAÇÃO.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente **AUTORIZAR** o início do Processo de contratação de empresa para capacitação de pessoal conforme solicitação das cis em anexo, com o tema " 46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA" ofertado pela Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES, com previsão para os dias 06 a 10 de julho de 2026, em BRASILIA DF para os participantes abaixo descrito, conforme programação em anexo.

ITEM	PARTICIPANTE	MAT	CARGO
001	FRANCISCO JOSE PINHEIRO JOTA	545	VEREADOR
002	JOAO NETO DA SILVA	546	VEREADOR
003	SILVANE TUNES LEITE	548	VEREADOR
004	JOSE CARLOS BATISTA	547	VEREADOR

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

EDIOMAR GOBBI
Presidente (Gestão 2025/2026)

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000717/2026

Fls. 017

Número do processo: 000000717/2026 Número Único: BXC.902.QJH-ME

Requerente: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/07/2026

Assunto: AUTORIZAÇÃO

Súmula: AUTORIZAÇÃO

Observação: CI GP 123/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 038

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026

Órgão: Câmara Municipal de Itiquira	
Setor Requisitante: Secretaria de Administração	
Responsável pela Demanda: Maria Roseny Farias Lima	Matrícula Funcional 521
E-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br	(065) 3491-1514 Ramal 210

1. DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1.1.O presente instrumento manifesta a necessidade de contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – **46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA,** objetivando a atualização/capacitação dos Vereadores do Município de Itiquira-MT, proporcionando melhor integração com a Sociedade, com poder Executivo, dentre outros órgãos, executando suas atribuições com transparência e seriedade de forma a crescer com responsabilidade.

1.2.Dados Gerais sobre a ação da capacitação:

Quantidade de Inscrições	04 (quatro)
Descrição do curso	**46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA.** Modalidade: Presencial Carga Horária: 10 h Data Prevista: 07/07/2026 a 10/07/2026 Local: Brasília-DF. **Código Classificação TCE-MT - 395241-0**

Participantes	**Francisco José Pinheiro Jota,** Matrícula Funcional 545. **João Neto da silva,** Matrícula Funcional 546. **José Carlos Batista,** Matrícula Funcional 547. **Silvane Tunes Leite,** Matrícula Funcional 548.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. A capacitação dos vereadores é fundamental para garantir uma gestão pública eficiente e o desenvolvimento do município. Vereadores bem treinados elaboram leis

mais eficazes e fiscalizam os recursos municipais de forma rigorosa, evitando irregularidades e otimizando o orçamento da cidade.

2.2. O respectivo evento traz um cronograma com temas de suma importância para a atividade parlamentar, dentre eles: Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, Procedimentos administrativos essenciais, Papel do Legislativo no Desenvolvimento Municipal, entre outros.

2.3. Destaca-se ainda, a oportunidade de praticar network com participantes de diversos munícipios do Estado, com possibilidade de conhecer boas práticas e aplica-las no município de Itiquira.

2.4. Por fim, sendo o vereador um agente político que atua diretamente no Poder Legislativo Municipal, sendo a voz do povo na esfera local. eleito para representar os interesses da comunidade, fiscalizar as ações do Poder Executivo (Prefeitura) e criar leis que impactam diretamente o dia a dia dos cidadãos, o que depende de conhecimento atualizado. Assim, a respectiva capacitação irá corroborar para que o vereador exerça com excelência sua função, buscando o bem-estar coletivo e o desenvolvimento local.

3. DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

3.1. Para ação de contratação, pretende-se contratar os serviços de desenvolvimento de competências discriminados na tabela a seguir:

2

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (VEREADORES) 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME ABAIXO DETALHADO:

Item	Descrito do Evento	Código TCE-MT	Unidade de Fornecimento	Qtde Total	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, para atender demanda dos Vereadores da Câmara Municipal de Itiquira-MT **46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA** Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h Data Prevista: 07 a 10 de julho de 2026. Local: Brasília-DF.	395241-0	Unidade	4	1.490,00	5.960,00

TOTAL	5.960,00

3.2. Com base na Lei 14.133/2021, considera serviços especializados:

> **XVIII** - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:
> (...)
>
> **f)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
>
> **(...)**

4. LOCAL DA CAPACITAÇÃO

4.1 O curso será realizado **Local: Hotel Laguna Plaza,** Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF, (61)2109 9600.

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço deverá ser executado na forma presencial, no formato de Congresso, em estrita obediência cronograma do evento, anexo a desta DFD, bem como, as demais determinações constantes no termo de referência deste processo.

3

5.2. Cabe a empresa contratada fornecer:

- Garantir toda a estrutura necessária para realização do evento;
- Assegurar um espaço adequado para a realização do congresso;
- Disponibilização de profissionais qualificados para ministrar o treinamento;
- Disponibilizar material aos participantes;
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificado aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.
- Comunicar a Câmara formalmente, com antecedência de no mínimo 24 horas, caso alterar data do evento ou seu cancelamento.

6. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A prestação do serviço deverá ser iniciada no dia 07 de julho/2026, conforme previsto no cronograma da empresa contratada, abaixo transcrito, para, salvo se por motivo de força maior, devidamente justificado, a contratada necessitar alterar a data de realização do respectivo evento:

-Terça-feira: 07/07 Horário: 14:00 às 19:00
Credenciamento e entrega de materiais.

-Quarta-feira: 08/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Conceito de Deficiência.
Educação Inclusiva.
Trabalho.
Acessibilidade e tecnologia assistiva.
Deficiências ocultas e penalidades.

-Quinta-feira: 09/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Processos Administrativos essenciais.
Atribuição de cada cargo, dentro da Administração Municipal.
Desafios e soluções na gestão Administrativa.

-Sexta-feira: 10/07 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra
O Papel do Legislativo no desenvolvimento Municipal.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos.

Itiquira-MT, 01 de julho de 2026.

4

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

JUSTIFICATIVA

ETP

Fls. 024

JUSTIFICATIVA DE NÃO ENCAMINHAMENTO DO DOCUMENTO "ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR"

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 017/2026

Unidade Gestora	Câmara Municipal de Itiquira-MT.
Código de UG	1115971
Modalidade	Inexigibilidade de licitação (Lei 14.133/2021, art. 74)
Situação da Carga	1 – Abertura
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de capacitação de pessoal "**46º Congresso de Gestão Pública**", Modalidade Presencial, Carga Horária: 10 h/aulas, Data Prevista para o período de: 07 a 10 de julho de 2026, Brasília-DF.

Vimos por meio deste justificar a não inclusão do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no envio da carga do processo licitatório supracitado, tendo em vista que:

(X) O documento não foi formalizado em razão da natureza de objeto e da simplicidade da contratação;

( ) A licitação refere-se à adesão à Ata de registro de preços, e o ETP já consto no processo original conduzido pela entidade gerenciadora.

( ) Outo motivo (descrever): _____

Declaramos ainda que está justificativa está de acordo com os procedimentos internos da unidade e será mantida arquivada junto ao processo físico ou digital de contratação.

Itiquira-MT, 01 de julho de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Matricula Funcional 521
Portaria Nº 001/2025

Fls. 025

TERMO DE REFERÊNCIA

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

026

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO – CAPACITAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente termo tem como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de capacitação de pessoal, para oferta de 04 (quatro) vagas de capacitação externa, visando a participação de vereadores (abaixo descritos) do município de Itiquira-MT, no **46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA**, Modalidade: Presencial, Carga Horária: 10 h, Data Prevista: 07/07/2026 a 10/07/2026, Local: Brasília-DF, Código Classificação TCE-MT - 395241-0, A ser realizado pelo Instituto Ulysses Guimarães Ltda, abaixo qualificada, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo.

Participantes	**Francisco José Pinheiro Jota,** Matrícula Funcional 545. **João Neto da silva,** Matrícula Funcional 546. **José Carlos Batista,** Matrícula Funcional 547. **Silvane Tunes Leite,** Matrícula Funcional 548.

1

1.2. Base Legal:

- Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021;
- Resolução Legislativa 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023;
- Plano Anual Compras, aprovado pelo decreto 04/2025 de 11 de dezembro de 2025 (tópico. 42, item 01, página 39).

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal (Vereadores), no **46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA,** conforme abaixo detalhado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (VEREADORES) 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME ABAIXO DETALHADO:

Item	Descrito do Evento	Código TCE-MT	Unidade de Fornecimento	Qtde Total	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - **46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA** Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h Data Prevista: 07 a 10 de julho de 2026. Local: Brasília-DF.	395241-0	Unidade	4	1.490,00	5.960,00
TOTAL						**5.960,00**

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A capacitação dos vereadores é fundamental para garantir uma gestão pública eficiente e o desenvolvimento do município. Vereadores bem treinados elaboram leis mais eficazes e fiscalizam os recursos municipais de forma rigorosa, evitando irregularidades e otimizando o orçamento da cidade.

3.2. O respectivo evento traz um cronograma com temas de suma importância para a atividade parlamentar, dentre eles: Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, Procedimentos administrativos essenciais, Papel do Legislativo no Desenvolvimento Municipal, entre outros.

3.3. Destaca-se ainda, a oportunidade de praticar network com participantes de diversos munícipios do Estado, com possibilidade de conhecer boas práticas e aplica-las no município de Itiquira.

3.4. Por fim, sendo o vereador um agente político que atua diretamente no Poder Legislativo Municipal, sendo a voz do povo na esfera local. eleito para representar os interesses da comunidade, fiscalizar as ações do Poder Executivo (Prefeitura) e criar leis que impactam

diretamente o dia a dia dos cidadãos, o que depende de conhecimento atualizado. Assim, a respectiva capacitação irá corroborar para que o vereador exerça com excelência sua função, buscando o bem-estar coletivo e o desenvolvimento local.

4. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1. A presente contratação será realizada através de **inexigibilidade de licitação nos termos dos artigos art. 74, III, *f*, da lei 14.133/2021 – Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, em razão da notoriedade da empresa.**

4.2. A inexigibilidade, nas palavras de Marçal Justen Filho, é uma "imposição da realidade extranormativa" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18. ed. São Paulo: RT, 2019, p. 594). Como decorrência disso, o rol dos incisos do artigo 74 da Lei nº 14.133 se afigura como meramente exemplificativo – "*numerus apertus*". Isso porque é impossível sistematizar todos os eventos dos quais decorrem uma inviabilidade de competição.

1) ausência de pluralidade de competidores no mercado (ex: o bem licitado apenas é fornecido por um único sujeito);

4.3. O TCU (Tribunal de Contas da União) já decidiu reiteradas vezes, que a despesa com a participação de agentes públicos em cursos de capacitação não exige licitação, conforme processo TCU -DC-0439-27/98- P e publicação DOU de 05.02.2010, S. 1, p. 99., em razão da inviabilidade de competição e na presença dos requisitos caracterizadores: serviço técnico especializado, natureza singular do serviço e notória especialização da contratada.

3

5. DA SINGULARIDADE DO SERVIÇO DA ESCOLHA DA EMPRESA

5.1. Cadastro da Empresa:

Nome Empresarial	Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
Nome Fantasia	Instituto Ulysses Guimaraes
CNPJ	40.033.708/0001-63
Endereço	Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga),

	Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
Data de Abertura de Empresa	07/12/2020
Sócia Administradora	Ana Maria Lemos Terra de Rezende

5.2 A escolha da empresa se seu em razão do Instituto Ulysses Guimarães, notoriamente ser uma empresa que tem por objetivo promover a capacitação dos Agentes Políticos, Gestores Públicos e Servidores Públicos, instruindo sobre os fatos mais relevantes e conhecimentos através do Poder Legislativo e Executivo, com diversos serviços prestados, inclusive para esta Casa de Leis.

5.3. Qualificando os agentes Políticos e Servidores Públicos de cada região para que os mesmos possam adquirir os conhecimentos e integrar a sociedade com Poder Executivo e Legislativo com transparência e seriedade de forma com que cada região cresça com responsabilidade.

4

6. CRONOGRAMA DA PROGRAMAÇÃO DO CURSO

6.1. A programação do curso, abaixo transcrita, encontra-se anexo a este termo e segue transcrito abaixo.

-Terça-feira: 07/07 Horário: 14:00 às 19:00
Credenciamento e entrega de materiais.

-Quarta-feira: 08/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Conceito de Deficiência.
Educação Inclusiva.
Trabalho.
Acessibilidade e tecnologia assistiva.
Deficiências ocultas e penalidades.

-Quinta-feira: 09/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra

Fls. 030

Processos Administrativos essenciais.
Atribuição de cada cargo, dentro da Administração Municipal.
Desafios e soluções na gestão Administrativa.

-Sexta-feira: 10/07 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra
O Papel do Legislativo no desenvolvimento Municipal.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos.
Carga horária: 10h/aulas.

Plantão de dúvidas das 09h00 às 10h00.

Encerramento e entrega de certificados.

7. DO CURRICULUM DO PALESTRANTE

7.1. O curso será ministrado pelos palestrantes abaixo citados, com respectivos currículos anexo a esse termo.

- ENÉIAS FERREIRA DE REZENDE
- FABIO FRANCISCO ESTEVES
- DANIEL EDUARDO BRANCO CARNACCHIONI
- ORESTES LÔBO GUIMARÃES JUNIOR
- MARCOS PAULO DE OLIVEIRA

5

8. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O escopo da presente contratação trata-se de congresso, formato presencial, 10 horas aula, cabendo a empresa contratada o fornecimento de certificado, mediante participação de no mínimo 75%, material de apoio e coffe break.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. **Do Valor Global** não poderá ultrapassar **R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais):**

Item	Descrito do Evento	Código TCE-MT	Unidade de Fornecimento	Qtde Total	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, para atender demanda dos Vereadores da Câmara Municipal de Itiquira-MT **45º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA** Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h Data Prevista: 09 a 12 de 2026. Local: Brasília-DF.	395241-0	Unidade	4	1.490,00	5.960,00
TOTAL						**5.960,00**

9.2. Do Pagamento: O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão do curso, mediante nota fiscal, na conta da empresa contratada.

9.3. Da Nota Fiscal**:** A nota fiscal deverá ser emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, inscrita no CNPJ 00.176.362/0001-38.

6

9.4. O pagamento será realizado a adjudicatária mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo responsável pelo servidor competente.

9.5. O pagamento será realizado por meio de transação bancária, preferencialmente por pix, em nome da empresa contratada, após a realização do curso, conforme dados bancários abaixo:

Dados Bancária
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63

9.6. Constatando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento, fluirá a partir respectiva regularização.

9.7. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*".

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.9. O pagamento efetuado a contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas aos fornecimentos dos serviços.

9.10. No preço a ser pago, deverão estar inclusos todas as despesas inerentes a tributos e outras inerentes ao respectivos objeto.

9.11. A Câmara efetuará a retenção dos impostos locais, quando for o caso.

9.12. A contratada, para fazer jus ao pagamento, deverá estar devidamente habilitada, apresentando as seguintes certidões:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (ou equivalente)
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Outros documentos que se julgar necessário

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa oriunda dessa aquisição, correrão por conta da dotação abaixo descrita:

FICHA		**08**
ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

11. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. **O instrumento contratual será substituído por nota de empenho, nos termos do Artigo 95, caput, da Lei 14.133/2021, visto que o prazo de execução do serviço e seu valor, o que não ultrapassa o limite de isenção da modalidade, não se verifica prejuízo à execução ou à segurança da contratação**.

12. LOCAL E HORÁRIO DO EVENTO

12.1. O evento será realizado no **Local: Hotel Laguna Plaza, estabelecido na** Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno AE 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF, (61)2109 9600.

12.2. A carga horária do respectivo evento será de 10 horas aula, conforme cronograma da empresa.

13. DA FORMA DE EXECUÇÃO

13.1. O serviço será executado em estrita obediência ao cronograma, conforme detalhamento do cronograma do evento, bem como, demais determinações deste termo de referência.

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste termo de referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

8

14.2. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, relativos a tributos de qualquer natureza, decorrência da sua condição de empregadora, oriundas da presente contratação.

14.4. Entregar objeto em sua integralidade;

14.5. Emitir certificados para os participantes que cumprirem o percentual de no mínimo 75% da carga horária;

14.5 Comunicar formalmente a Câmara, com antecedência mínima de 24 horas, caso ocorra alteração no cronograma do evento ou cancelamento do mesmo.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

15.1. Emitir a nota de empenho para garantir o pagamento da despesa;
15.2. Receber e atestar a nota fiscal de serviço, através do setor demandante, garantindo que o serviço foi executado a contento;
15.3. Efetuar o pagamento na forma prevista neste termo;

15.4. Efetuar a inscrição do participante, através de envio para a contratada, no nome completo e e-mail de cada um;
15.5. Fiscalizar o processo de conclusão do curso, mediante recebimento dos certificados e anexa-los no processo.

16. DAS SANCÕES/INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo dé validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9

16.2. A CONTRATADA qne cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021:

I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
1) A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.
2) A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/2021.

3) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
4) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
16.3. Para as penalidades previstas neste termo de referência será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme prevê o art.157 da Lei 14.133/2021.

17.DAS PENALIDADES CABÍVEIS

17.1. Aplica-se, no caso de descumprimento do contrato as penalidades previstas na Lei, 14.133 e alterações.

18. PROPRIEDADE, SEGURANÇA E SIGILO

18.1. Quanto a Lei Geral de Proteção de Dados, são obrigações dos PARTÍCIPES, regras trazidas pela Lei 13.709/2018 ("LGPD").

a) Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

10

b) A CONTRATADA, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá trata-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo CONTRATANTE.

c) O CONTRATANTE, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável a matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertada pela CONTRATADA.

d) Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste processo ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE.

e) Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a CONTRATADA declara:

e.1 tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE:

e.2 tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;

e.3 conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;

e.4 implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e.5 assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

f) A CONTRATADA manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para:

(a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e

(b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

11

g) A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do processo e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

h) O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

i) A CONTRATADA se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo O CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento.

19. DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

19.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas

disposições do direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste termo e da proposta vencedora.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada para o email compras@itiquira.mt.leg.br ou secretaria@itiquira.mt.lelg.br. Conforme prerrogativas do Art. 176 da Lei 14.133/2021, a publicação da homologação, será feita no site oficial da Câmara Municipal de Itiquira: www.itiquira.mt.leg.br e no site da AMM – Associação Mato-grossense dos Município:www.amm.org.br, Lei Municipal 558/2006.

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itiquira, para dirimir dúvidas oriundas dos contratos.

22. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. Atesto para os devidos fins que o Termo de Referência foi elaborado observando as normas pertinentes, sendo definido o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que vedem ou limitem o caráter competitivo, com previsão na LOA e PPA para fazer frente às despesas.

12

Itiquira-MT, 01 de julho de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

23. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIZAÇÃO COMPETENTE

23.1. Aprovo o presente Termo de Referência em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021.

Itiquira-MT, 01 de julho de 2026.

Ediomar Gobbi
Presidente
(Gestão 2025/2026

13

Fls. 039

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Fls. 040

CRONOGRAMA DO EVENTO

Fls. 041

INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES

GESTÃO PÚBLICA

Público Alvo: Vereadores, Assessores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Servidores do Executivo e Legislativo

BRASÍLIA – DF

46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

de 07 a 10 de julho de 2026

-Terça-feira: 07/07 Horário: 14:00 às 19:00
Credenciamento e entrega de materiais.
-Quarta-feira: 08/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Lei 13.146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Conceito de Deficiência.
Educação Inclusiva.
Trabalho.
Acessibilidade e tecnologia assistiva.
Deficiências ocultas e penalidades.
-Quinta-feira: 09/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Processos Administrativos essenciais.
Atribuição de cada cargo, dentro da Administração Municipal.
Desafios e soluções na gestão Administrativa.
-Sexta-feira: 10/07 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra
O Papel do Legislativo no desenvolvimento Municipal.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos;
Carga horária:10h/aulas.
Plantão de dúvidas das 09h00 às 10h00.
Encerramento e entrega de certificados.

Contato
Telefone: (61)98654-5280 (WhatsApp)
Investimento: R$1.490,00 por participante
Dados Bancários:
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
E-mail: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
Site: http://institutoulyssesguimaraes.com.br/cursos
Local: Hotel Laguna Plaza
Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF
(61)2109 9600

Obs.: O Instituto Ulysses Guimarães se reserva no direito de cancelar os eventos, não se responsabilizando pela viagem sem inscrição antecipada.

Instagram:
@institutoulyssesguimaraes

Palestrantes:


Dr. Enéias Rezende
Advogado


Dr. Fábio F. Esteves
Juiz de Direito do Distrito Federal e Territórios


Dr. Daniel Carnacchioni
Juiz TJDFT


Orestes Lobo - Jornalista


Marcos Paulo de Oliveira
Palestrante

Fls. 012

CURRICULUM DOS PALESTRANTES

Fls. 043

ENÉIAS FERREIRA DE REZENDE

ADVOGADO- OAB/MG175655

COM CAPACITAÇÃO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; SOBRE DEPARTAMENTO PESSOAL; SECRETARIA NO SERVIÇO PÚBLICO; ATENDIMENTO AO PÚBLICO; COMUNICAÇÃO VERBAL NO ATENDIMENTO; CLIENTE INTERNO, TRABALHO EM EQUIPE; OS PRECATÓRIOS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; SISTEMA DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA; PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DO PEQUENO VALOR; SANÇÕES PELO NÃO PAGAMENTO; PROCESSO E TÉCNICA LEGISLATIVO; SISTEMA DE REGISTRO E PREÇOS; AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE; A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO; PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS; PLANO DE CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO; ELABORAÇÃO DE EDITAIS E CONVITES; POSTURAS , MEIO AMBIENTE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA; PROCESSO LEGISLATIVO; ASPECTO DO PROJETO FICHA LIMPA; PRINCÍPIOS E MODALIDADES DE LICITAÇÕES; FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; FUNDAMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA E PREVIDENCIÁRIA NOS MUNICÍPIOS; FIDELIDADE PARTIDÁRIA; LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; PROCESSOS LEGISLATIVOS.

Fls. 044

FABIO FRANCISCO ESTEVES

GRADUADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS), MESTRE EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), DOUTOR EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT), PROFESSOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL E DO INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO - IDP, COFUNDADOR DO ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES E JUÍZAS NEGROS - ENAJUN E DO FÓRUM NACIONAL DE JUÍZAS E JUÍZES CONTRA O RACISMO E TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO - FONAJURD, COCRIADOR DO PROJETO FALANDO DIREITO PARA EDUCAÇÃO EM CIDADANIA, FOI PRESIDENTE DA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO DO TJDFT, ATUOU COMO MEMBRO DA COMISSÃO DE JURISTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA, FOI PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO DISTRITO FEDERAL (AMAGIS-DF), NOS BIÊNIOS DE 2016-2018 E 2018-2020 E TAMBÉM VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB), NO TRIÊNIO 2020-2022. EXERCEU A FUNÇÃO DE JUIZ INSTRUTOR DO GABINETE DO MINISTRO EDSON FACHIN, NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), DE 2020-2025. VENCEDOR DO PRÊMIO DESAFIO LIDERANÇAS PÚBLICAS NEGRAS, EM 2021, ORGANIZADO PELA ARAPYAÚ, HUMANIZE, FUNDAÇÃO LEMANN E REPÚBLICA.ORG.

ACADÊMICO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

ESPECIALIZAÇÃO EM PNL E LIDERANÇA DE ALTA PERFORMANCE

2021 - 2022

INSTITUTO Z1
TÍTULO: NÃO FOI EXIGIDO MONOGRAFIA

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO

2005 - 2005

Fls. 045

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
TÍTULO: OS EFEITOS DAS CONSTANTES EMENDAS CONSTITUCIONAIS NA EFETIVIDADE NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

GRADUAÇÃO EM DIREITO
1998 - 2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
TÍTULO: UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO - EFEITOS JURÍDICOS
ORIENTADOR: GLAUCIA LAMBLEM

IDIOMAS

INGLÊS

COMPREENDE BEM, FALA BEM, LÊ BEM, ESCREVE BEM.

ESPANHOL

COMPREENDE BEM, FALA RAZOAVELMENTE, LÊ BEM, ESCREVE RAZOAVELMENTE.

FRANCÊS

COMPREENDE BEM, FALA POUCO, LÊ BEM, ESCREVE POUCO.

REAS DE ATUAÇÃO

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS / ÁREA: DIREITO.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A SEMANA JURÍDICA: DEMOCRACIA E DIREITO EM AMBIENTE DE CRISE. O PODER JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA. 2019. (CONGRESSO).

Fls. 046

SEMANA DE CAPACITAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. INTERFACE DE QUESTÕES RACIAIS E JUSTIÇA CIMINAL. 2019. (CONGRESSO).

SEMINÁRIO RACISMO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.SEMINÁRIO RACISMO E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL. 2019. (SEMINÁRIO).

TEORIA DA MÁXIMA PROPORCIONALIDADE E MÉTODOS INTERPRETATIVO DE ROBERT ALEXY.APLICAÇÃO PRÁTICA VOLTADA À ELABORAÇÃO DE PETIÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA. 2019. (SEMINÁRIO).

XVI JORNADA JURÍDICA UNIP.A COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE PAULISTA UNIP, CAMPUS BRASÍLIA. 2019. (SEMINÁRIO).

II SEMINÁRIO MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA. II SEMINÁRIO MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA. 2018. (CONGRESSO).

WORKSHOP ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS. ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS. 2018. (CONGRESSO).

1º SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: IGUALDADE RACIAL, RACISMO E QUILOMBOLAS. A JUSTIÇA FEDERAL POR UMA SOCIEDADE MAIS IGUALITÁRIA. 2017. (CONGRESSO).

A COMISSÃO DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA SUBSEÇÃO DE TAGUATINGA. O APARTHEID NA BALANÇA DA JUSTIÇA. 2017. (CONGRESSO).

AULA MAGNA, NO CURSO DE DIREITO. AULA MAGNA, NO CURSO DE DIREITO. 2017. (CONGRESSO).

HONRA AO MÉRITO PROFESSOR REINALDO HERMEDO POERSCH. HONRA AO MÉRITO PROFESSOR REINALDO HERMEDO POERSCH. 2017. (CONGRESSO).

BRAZILIAN JUDGES ASSOCIATION CONGRESS. THE CRIMINAL LAW AND PROCEDURE IN ENGLAND; THE LABOUR LAW AND PROCEDURE IN ENGLAND; THE COUNTY ANF FAMILY: PROCEDURE AND PRACTICE. 2016. (CONGRESSO).

Fls. 047

II AMB INTERNATIONAL CONFERENCE.SYSTEM OF LAW OF THE UNITED KINGDOM,. 2016. (SEMINÁRIO).

II AMB INTERNATIONAL CONGRESS. II AMB INTERNATIONAL CONGRESS. 2016. (CONGRESSO).

IV JORNADA JURÍDICA DA FACULDADE FORTIUM. TRIBUNAL DO JÚRI. 2016. (CONGRESSO).

O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. 2016. (CONGRESSO).

THE INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BRAZILIAN JUDGES ASSCIATION. FACULTY OF ARTS AND HUMANITIES. 2016. (CONGRESSO).

UDICIAL EDUCATION IN ENGLAND AND WALES. UDICIAL EDUCATION IN ENGLAND AND WALES. 2016. (CONGRESSO).

VI ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES ESTADUAIS. ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. 2016. (CONGRESSO).

EMPODERAMENTO DA NEGRITUDE CONTRA O RACISMO. EMPODERAMENTO DA NEGRITUDE CONTRA O RACISMO. 2015. (CONGRESSO).

GRANDES REFLEXÕES ACERCA DO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO. BACHARELADO EM DIREITO. 2015. (CONGRESSO).

CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. ATUAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI. 2014. (CONGRESSO).

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL - CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. A ATUAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI. 2014. (CONGRESSO).

CURSO SUPERIOR DE POLICIA MILITAR DA BRIGADA MILITAR. ALTERAÇÃO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTERNO ESTADUAL. 2014. (CONGRESSO).

CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. DOSIMETRIA DA PENA, NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL. 2013. (CONGRESSO).

Fls. 048

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL - CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TJDFT. DOSIMETRIA DA PENA. 2013. (CONGRESSO).

III CONGRESSO INTERNACIONAL CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO. INSTITUCIONALIDADES E TERRITORIALIDADES. 2013. (CONGRESSO).

CICLO DE PALESTRAS COM ENFOQUE EM VIOLENCIA DE GENERO.O TRATAMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMESTICA NO TRIBUNAL DO JURI. 2011. (SIMPÓSIO).

III CICLO DE PALESTRAS JURIDICAS.A CONSTITUCIONALIDADE DAS AÇOES AFIRMATIVAS DE COTAS RACIAIS. 2011. (SIMPÓSIO).

II CICLO DE PALESTRAS JURIDICAS.UM UNICO DIREITO PARA UM ESTADO MULTICULTURAL. 2010. (SIMPÓSIO).

PROINCA.A FORMACAO DO PROFISSIONAL DO DIREITO. 2009. (SIMPÓSIO).

SEMANA ACADEMICA.MEUS DIAS, MEUS SONHOS. 2009. (ENCONTRO).

CURSO FORMAÇAO PMMS.DIREITOS HUMANOS E A ATIVIDADE DO AGENTE POLICIAL. 2008. (ENCONTRO).

SEMINARIO DE DIREITOS HUMANOS.OS DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. 2008. (SEMINÁRIO).

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS

ALUNO: ERISMAR SOUZA FREITAS FILHO

ESTEVES, F. F.. O RACISMO COMO BARREIRA PARA ASCENSÃO NA CARREIRA DENTRO DO TJDFT?. 2025. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA.

ALUNO: ANDRÉ DA SILVA MARTINS

ESTEVES, F. F.. A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS NO

Fls. 049

BRASIL. 2024 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

ALUNO: ANA MARIA OLIVEIRA

ESTEVES, F. F.. O MICRO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA: EXISTE UMA INERENTE INCOMPATIBILIDADE. 2024. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

ALUNO: VITOR ALESSANDRO VEIGA SALAZAR

ESTEVES, F. F.. VOCÊ SÓ OLHA DA ESQUERDA PARA A DIREITA, O ESTADO TE ESMAGA DE CIMA PARA BAIXO. 2017. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

ALUNO: RODRIGO KING LON CHIA

CORDEIRO, P. I. R. V.; CASTILHO, E. W. V.;ESTEVES, F. F.. O PERIGO DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A PRISÃO PREVENTIVA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO. 2013. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

ALUNO: HELIO SPYERE DO NASCIMENTO

ESTEVES, F. F.. CRIMINOLOGIA CRITICA: INQUERITO POLICIAL - INSTRUMENTO DE SELETIVIDADE. 2012. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

ALUNO: VICTOR OLIVEIRA SOUZA

ESTEVES, F. F.. O DIREITO A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO DIANTE DO DISCURSO DE ÓDIO. 2011. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

ALUNO: LEANDRO DE MOURA RIBEIRO

ESTEVES, F. F.. A INFLUENCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E DEMAIS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO. 2011. TRABALHO

Fls. 050

DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

ALUNO: MARIA DE FÁTIMA RAMOS DOS SANTOS

ESTEVES, F. F.. A INTERVENÇAO DO PODER JUDICIARIO EM POLITICAS DE ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITAR. 2011. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.

ALUNO: CARLOS OLIVEIRA DO NASCIMENTO

ESTEVES, F. F.. REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: FAGNER RODRUGUES LEITE SABOIA

ESTEVES, F. F.. BREVES COMENTARIOS ACERCA DA VULNERABILIDADE E DA VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE SOB A ÉGIDE DA LEI 12015. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: MAXCILENE NASCIMENTO DA SILVA

ESTEVES, F. F.. A REPERCUSSÃO GERAL COMO INSTRUMENTO PARA ALCANÇAR A EFETIVIDADE DO PROCESSO. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: CLAUDIVINO CÂNDIDO DA SILVA

ESTEVES, F. F.. A REFORMA CRIMINAL DE 2009: UMA ANÁLISE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NOS CRIMES SEXUAIS E A PROBLEMÁTICA ACERCA DA NOVA FIGURA PENAL DO ESTUPRO DE VULERÁVEL. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: NAYARA AMÉLIA BOAVENTURA CARDOSO

ESTEVES, F. F.. A INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DA SÚMULA 331 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. 2009.

Fls. 051

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: LINCOLN DE SENA MOURA JUNIOR

ESTEVES, F. F.. A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E O CONFLITO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: ALLAN CRISTINA GOMES MARTINS

ESTEVES, F. F.. A REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL ORIGEN E PERPECTIVAS. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: ANNE GUIMARÃES LOPES DOS REIS

ESTEVES, F. F.. DIREITO DOS DESPORTOS GARANTIA DOS CONTRATOS DOS ATLETAS E SEUS CLUBES. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: ELIANE DE SOUZA SANTOS CASSÉLA

ESTEVES, F. F.. A COMPETENCIA PARA JULGAR E PROCESSAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: MELISSA GUIMARÃES SALES

ESTEVES, F. F.. ADOÇÃO INTERNACIONAL - ANALLISE DA LEI 12010 SOBRE O ESTÁGIO DE CONVIVENCIA. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: JOAO HENRIQUE BASTOS MACHADO

ESTEVES, F. F.. A SUMULA VINCULANTE DIANTE DO PRINCIPIO DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

Fls. 052

ALUNO: ANDREA PIRES TOLENTINO

ESTEVES, F. F.. DELAÇÃO PREMIADA. 2009. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: IVONETE MARIA FELIPE VIANA DE SOUZA

ESTEVES, F. F.. A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO E A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 2009 - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: JULIANE SANTOS SALES

ESTEVES, F. F.. A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO. 2008. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: TIAGO FURTADO AYRES

ESTEVES, F. F.. A PENHORA ON LINE COMO FATOR DE EFETIDADE DO PROCESSO. 2008. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ALUNO: EMERSON CABRAL BRITO

ESTEVES, F. F.. O MANDADO DE SEGURANÇA 25.888/DF E A SÚMULA 347 - REPERCUSSÕES SOBRE O CNTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2008. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO.

ORIENTOU

ANA MARIA OLIVEIRA

O MICRO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA: EXISTE UMA INERENTE INCOMPATIBILIDADE?; 2024; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO) - CENTRO DE EXTENSÃO E PESQUISA DO INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

Fls. 053

ADEILSON DOS SANTOS MORAES E OUTROS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO JUDICIAL TEORIA E PRÁTICA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

AILTON MOTA DE MAGALHÃES

O DESCUMPRIMENTO DO PRICÍPIO DEMOCRÁTICO ADVINDO DA RECEPÇÃO DA LEI DE ANISTISIA ENQUANTO 'LEI MEDIDA' - UMA ANÁLISE DWORKIANA SOBRE O JULGAMENTO DA ADPF 153/DF; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALEX PALHARES RIBEIRO E OUTROS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO JUDICIAL - TEORIA E PRÁTICA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALINE P

FONTINELE E OUTROS; CONTROLE DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA REGULAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CAROLINA DE MELO E OUTROS

CONTROLE DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA REGULAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

IZABELLA MATTAR MORAES

O SUPERFATURAMENTO/ SOBRE PREÇO ORÇAMENTÁRIO DE PROPOSTAS COMO MODALIDADE DE FRAUDE Á LICITAÇÃO; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LARA GABRIELA FRANÇA CORADO

OS REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NA CATEGORIA CONSUMIDOR-USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LYNCON RAFAEL DE OLIVEIRA BRAGA

A UTILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI EM OUTRAS SOCIEDADES - UMA ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RODRIGO RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA

DESCRIMINALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TAYANE ROCHA MARTINS

A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ZAIAD CORREIA CAMELY

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA NO BRASIL; 2019; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-

Fls. 055

GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

IVANILZA BASTOS NOVAES FAGUNDES

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A INEFICÁCIA DE SUA APLICAÇÃO NO BRASIL; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARCELO CARDOSO CATALDI

PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA E OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E SEPARAÇÃO DE PODERES; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ELVIRA DE LIS MARQUES BOMBARDIERI

O CONTROLE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

WELLINGTON DIONE DE FREITAS NASCIMENTO

O DIREITO À MORTE - DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

KAROLINA AUGUSTA MARIA DE OLIVEIRA

A INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANA CECÍLIA SOUSA VILARINHO

Fls. 056

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE VIDA PEGRESSA NO CONTEXTO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MÁDILA BARROS SEVERINO

CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAUL LUIZ GONÇALVES PAMPLONA

PACTO FEDERATIVO: OS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA E A CONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARIA EDUARDA SENNA MURY

A POSSIBILIDADE DE MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL INFORMAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOB A ÓTICA DO NEOCONTRATUALISMO NA DECISÃO QUE RECONHECEU A UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PHABIOLA DE JESUS ALVES

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LARESCA PAULINA SILVA

ERRO ESSENCIAL SOBRE A PESSOA DO OUTRO CÔNJUGE; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CLÁUDIA DA ROCHA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O DANO AMBIENTAL; 2018; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RONAN GOMES DE HOLANDA

O MANDADO DE SEGURANÇA NO SUPREMO TRIBINAL FEDERAL N; 34; 530 NA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA; 2017; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREIA DO VALE RODRIGUES SOARES

O FENÔMENO ALOPOIÉTICO NO CONTEXTO DO SISTEMA JURÍDICO PENAL BRASILEIRO; 2016; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIEL CÉSAR LOPES TEIXEIRA

O CONTROLE JUDICIONAL PREVNTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE CONFORME A TEORIA SISTÊMICA DE DIREITO; 2016; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SAMANTHA NAYRA DE ALMEIDA OLIVEIRA

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS CONFORME A TEORIA SISTÊMICA DO DIREITO; 2016; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

Fls. 058

MÉRCIA KARINNE MARQUES SOARES

A DISCRICIONARIEDADE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA ANÁLISE DA VIDA PREGRESSA DOS APROVADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREIA DO VALE DE SOUZA SOARES

INTERVENÇÃO DO JUDIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CRISTIANE CARVALHO SARAIVA

CORRUPÇÃO DE MENOR JÁ CORROMPIDO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FLÁVIA RIBEIRO DOS SANTOS CHAVES DE ALMEIDA

A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DIANTE DA MORA LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL DE ACORDO COM A TEORIA DOS SISTEMAS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FRANCISCO GONÇALVES SABOIA NETO

A VINCULAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E AS DECISÕES PROFERIDAS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO STF; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HILTON RODRIGO FERREIRA JORDÃO

Fls. 059

A DISCRICIONARIEDADE NA CONCESSÃO DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PREVISTA NA LEI NÚM; 8; 112/90; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JÔNATAS MORAIS RODRIGUES

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ``DIREITO DE LIBERDADE À INFORMAÇÃO CONFORMADO COM O DIREITO AO ESQUECIMENTO´´; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JÔNATAS MORAIS RODRIGUES

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ``DIREITO DE LIBERDADE À INFORMAÇÃO CONFORMADO COM O DIREITO AO ESQUECIMENTO´´; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JOSÉ HYGINO DE AZEVEDO FILHO

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA DIANTE DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO: UM ESTUDO JURIPRUDENCIAL DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS N; ° 415; 454, 416; 827 E 730; 462; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PAULO HENRIQUE ALVES DE ANDRADE

A RELEITURA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO: RELEVÂNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA NO PROCESSO DESAPROPRIATÓRIO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

Fls. 060

RAFAEL NOGUEIRA SOUSA

OS LIMITES DA DISCRICIONARIEDADEADMINISTRATIVA NA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CADASTRO DE RESERVA; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAFAEL SILVA ROSSI

O MST E SUA HISTÓRICA BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: APORTES ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO DO PAÍS; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

THIAGO SUS SOBRAL DE ALMEIDA

O EXCESSO NA LEGÍTIMA DEFESA; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TIAGO CARNEIRO RABELO

LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E O DIREITO AO ESQUECIMENTO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

WOLMAR THYAGO CORDEIRO CORREA DOS REIS

DIREITO À VIDA: UM NOVO CONCEITO; 2015; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

CARLOS RENATO XAVIER DE RESENDE

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF): SUA NATUREZA, FINALIDADES E O CONTEÚDO E

Fls. 65

DESTINAÇÃO DE SEUS RELATÓRIOS; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIELLE CORRÊA DE OLIVEIRA

A DEFINIÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS; ; ; ; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ELIÉZER PEREIRA DOS SANTOS SILVA

SISTEMA DE COTAS RAICIAIS À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE: UM MAL NECESSÁRIO?; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FILIPE DE OLIVEIRA LINS

O ENSINO DOMICILIAR ENQUANTO ALTERNATIVA AO SISTEMA ESCOLAR VIGENTE: A EMANCIPAÇÃO SOCIAL E O DIREITO DOS PAIS DE ESCOLHER A FORMA DE EDUCAR SEUS FILHOS; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARIA MARGARIDA MOURA DA SILVA

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA ÀS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

NATHALIA MEGALE BARRIOS BENTHER NARCISO

AÇÃO AFIRMATIVA E CONCURSO PÚBLICO: PELA IGUALDADE RACIAL; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) -

Fls. 062

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RAFAEL SILVA ROSSI

ESBULHO POSSESSÓRIO E A QUESTÃO AGRÁRIA NA JURIPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; 2014; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALFREDO DA MATA MACHADO

OS ESTATUTOS DOS MILITARES DO DF E A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL: RECEPÇÃO DAS NORMAS PRÉ-CONSTITUCIONAIS SOBRE A RESTRIÇÃO DO ACESSO AO POSTO DE OFICIAL DA PMDF AO BRASILEIRO NATO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO § 2; ° DO ART; 12 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CIVIL) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FÁTIMA CRISTINA RIBEIRO FREITAS MORENO

ADI 3772/DF E A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES NO ÂMBITO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CIVIL) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JOELMA MARIA COSTA BARBOSA

A RESPONSAILIDADE CIVIL DECORRENTE DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA E REGULAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM DIREITO PÚBLICO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RUBEM AZEVEDO JACUNDA

Fls. 063

GUARDA COMPARTILHADA - VANTAGENS E DESVANTAGENS; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RUBENICE MARIA SULVA COSTA

EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CONSTITUIÇÃO; 2013; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIELLA GOMES FREITAS

TENSAO ENTRE DIREITOS DE LIBERDADE RELIGIOSA E LIBERDADE SEXUAL; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

THIAGO FRANCISCO CABRAL GAMA

INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LUIZ FELIPE HOROWITZ LOPES

ART; 52, INCISCO X, DA CONSTITUICAO FEDERAL: MUTAÇAO CONSTITUCIONAL; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ARTUR DE ALMEIDA SOUZA AGUIAR

LEGITIMIDADE E INTERVENÇÃO DO AMICUS CURAE; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA

Fls. 65

MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HENRIQUE ZEINI GONDIM

SOPESAMENTO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS; 2011; MONOGRAFIA; (APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO EM PÓS GRADUAÇAO - DIREITO E JURISDIÇÃO) - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DANIEL CASTRO DO VALE

ATIVISMO JUDICIAL NA DINAMICA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: UMA ANALISE SA APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 A SITUAÇÕES NÃO REGRADAS EXPRESSAMENTE EM SEU TEXTO, COM ENFOQUE NA SÚMULA VINCULA 13 DO STF; ; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARINA DE ARAÚJO OLIVEIRA

CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PUBLICAS DE SAUDE: PERSPECTIVA PRINCIPIOLOGICAS A EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RICARDO RODRIGUES GOMES

O PRINCIPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA E A INELEGIBILIDADE POR CONDENAÇÃO CRIMINAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JULIANO MELO DE SOUZA

A IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

Fls. 065

JANA OLIVEIRA ARAUJO CARNEIRO

A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL À LUZ DO ARTIGO 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SILVIO LUIZ CAVALCANTE DE LEMOS

O DESVIO DE FINALIDADE DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES

AUTONOMIA DO PODER JUDICIARIO SOB O ENFOQUE DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO FEDERAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

AGOSTINHO GONÇALO DE LIRA JUNIOR

A INDEVIDA ATUAÇÃO NORMATIVA DO STF E A SUMULA VINCULANTE Nº 11; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LEONARDO ALVES DE DEUS

EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

AMANDA DE FREITAS PEREIRA

O NOVOMANDADO DE SEGURANÇA - AVANÇOS E RETROCESSOS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SAMUEL HAMU NETO

Fls. 166

O SURGIMENTO DO PODER PARALELO DIANTE DO FRACASSO DA ATUAÇÃO ESTATAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RICARDO RODRIGUES GOMES

O PRINCIPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA E A INELEGIBILIDADE POR CONDENAÇÃO CRIMINAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREA KARENINA ISACKSOON DALBURQUERQUE

SUMULA VINCULANTE: PANORAMA DOS RESULTADOS APRESENTADOS COM A IMPLANTAÇÃO DAS SÚMULAS VINCULANTES; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ADRIANO PIMENTEL DA SILVA

O SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS EM CONCURSO PÚBLICO; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

[NOME REMOVIDO APÓS SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO]

A VIABILIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS PARA AS EMPRESAS EM TEMPOS DE CRISE FINANCEIRA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TATHIANA PASSONI REIS

A EFETIVAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO À SAÚDE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALYSON DE ALMEIDA REIS

Fls. 067

A REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL:DOS CRITERIOS DE DECISÃO SOBRE A EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DA REPERCUSSÃO GERAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDREA DJANIRA SANTOS DE PAULA

ONUS DA PROVA: CRITÉRIOS PARA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

KERHULYN MACIEL DA SILVA

RESERVA DO POSSÍVEL, MINIMO EXISTENCIAL E A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LUIZ ALBERTO FERREIRA

MANDADO DE INJUNÇÃO E SUA EFETIVIDADE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JOAO GABRIEL GIRAO SOARES

CLONAGEM DE ORGÃOS E TECIDO PARA FINS TERAPEUTICOS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SANDRA DE OLIVEIRA GOMIDE

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS INFORMAÇÕES URBANOS DE BAIXA RENDA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

GUSTAVO DE SOUZA LEÃO GOMES PEDROSA

A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇÃO ATRAVÉS DA ASSISTENCIA JURIDICO GRATUITA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARCIO ROBERTO MARINHO DE CASTILHO

PRECATÓRIO E O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL NO AMBITO DO DISTRITO FEDERAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

FABIO MULLER FIGUEIRA

A BANALIZAÇÃO NA FORMA DE AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALEXANDRE PEREIRA SALES

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL INCONSTITUCIONAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

WEUDSON CIRILO DE OLIVEIRA

A NATUREZA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS ANTERIOS À EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004; ; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HAISLAN MARCIO SILVA LOPES

A LEGITIMIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EXERCER O CONTRATO DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

Fls. 069

ADAIAS MARQUES DOS SANTOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: RECURSO OU INCIDENTE PROCESSUAL DE IMPUGNAÇÃO; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA

OS EFEITOS DAS DECISÕES DEFINITIVAS DO STF EM CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE SEGUNDO A TEORIA DA TRANSCENDENCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES DA DECISÃO: VALIDADE CONSTITUCIONAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HERMINA ROSA DE JESUS

A EXTENSÃO DO SIGNIFICADO DA REPERCUSSÃO GERAL COMO CRITERIO DE ADMINISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ROMNEL CARVALHO GOMES DE CASTRO

A LEGITIMIDADE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ATOS INVESTIGAÇÃO CRIMINAL; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

DIEGO PEREIRA CORREIA DA SILVA

INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS; 2009; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PAULO REYNER CARMARGO MOUSINHO

A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - EXTENSÃO DE SUA APLICAÇÃO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

JULIANE SALES

A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

NAYANDERSON RODRIGO DA SILVA

JUSTIÇA GRATUITA; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

TIAGO FURTADO AYRES

A PENHORA ON LINE COMO FATOR DE EFETIVIDADE DO PROCESSO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARIA SEBASTIANA DA SILVA MENDES

TRANSCENDÊNCIA: DA AUSÊNCIA DE CRITERIOS OBJETIVOS NA AFERIÇÃO DA EXISTENCIA OU NÃO DA TRANSCEDÊNCIA NO RECURSO DE REVISTA; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ALFREDO DA MATA MACHADO

DOS RECURSOS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANA CRISTINA SIQUEIRA NOVAES

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATOS NORMATIVOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS; 2008; TRABALHO

Fls. 071

DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

VICTOR JOSÉ QUEIROZ CABRAL

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

EMERSON CABRAL DE BRITO

O MANDADO DE SEGURANÇA 25; 888/DF E A SÚMULA 347/STF: REPERCUSSÃO SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EXERCÍDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RODRIGO DE OLIVEIRA

HIPÓTESE DE APLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

MARINA NORO DOS SANTOS

A DECISÃO JUDICIAL LIMINAL NAS AÇÕES COMINATÓRIAS DE CUSTEIO DE SERVIÇOS DE SAÚDE; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ROSANA FURTADO CLEMENS BORGES

O CONCEITO E A EXTENSÃO DO CONCEITO DE REPERCUSSÃO GERAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HENDERSON VALLUCI PEREIRA DANTAS

Fls. 072

O PROCESSI JUDICIAL ELETRONICO COMO FATOR DE CELERIDADE PROCESSUAL E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ANDERSON DE SOUZA ARAUJO

DIREITOS FUNDAMENTAIS E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RONALDO BRAGA

DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES MILITARES DIANTE DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

KÁTHIA REGINA ARAÚJO DE QUEIROZ

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

SIMONE SOARES DE OLIVEIRA

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE RECONHECIMENTO DE PARTENIDADE; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

LEILIANNE CARVALHO SAMPAIO

A SÚMULA VINCULANTE ANTE O PRINCIPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO: UMA IMCOMPATIBILIDAE?; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

Fls. 073

DANILO MOREIRA NASCIMENTO

A SÚMULA IMPEDITIVA DO RECURSO DE APELAÇÃO COMO FATOR DE CELERIDADE PROCESSUAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

ELLIS KÁTIA BERTOLDO GOMES PINHEIRO

AMICUS CURIAE FORMA DE GARANTIR MAIOR SEGURANÇA JURIDICA ÀS DECISÕES JUDICIAIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

HUDSON ROCHA DE OLIVEIRA

RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCOSTITUCIONAL; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

RODRIGO GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA

A ESSÊNCIA E A BANALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS; 2008; TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO; (GRADUAÇÃO EM DIREITO) - UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO; ORIENTADOR: FABIO FRANCISCO ESTEVES;

PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ESTEVES, F. F. . O HABEAS CORPUS Nº 208.240 E A DEFESA DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS: BUSCA PESSOAL E PERFILAMENTO RACIAL. IN: CHRISTINE OLIVEIRA PETER DA SILVA, ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, DESDÊMONA TENÓRIO B. T. ARRUDA, JOSÉ ARTHUR CASTILLO DE MACEDO, ROBERTO DALLEDONE MACHADO FILHO. (ORG.). MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN: DEZ ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ED.: , 2025, V. , P. 107-122.
- ESTEVES, F. F. . FRATERNIDADE E SUSTENTABILIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LIBER

Fls. 074

AMICORUM - HOMENAGEM AOS 10 ANOS DO MINISTRO REYNALDO FONSECA NO STJ. 1ED.: , 2025, V. , P. 361-387.

- ESTEVES, F. F. . A EDUCAÇÃO E O DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE FRATERNA. POR QUE ENSINAR SOBRE OS DIREITOS?. 1ED.: , 2021, V. 2, P. 13-23.
- ESTEVES, F. F. . DIÁLOGOS ENTRE HERMENÊUTICA NEGRA E O VOTO DO MINISTRO EDSON FACHIN NO JULGAMENTO DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 41, NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IN: DESDÊMONA T. B. TOLEDO ARRUDA, ROBERTO DALLEDONE MACHADO FILHO, CHRISTINE OLIVEIRA PETER DA SILVA. (ORG.). MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN - CINCO ANOS DE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1ED.: , 2021, V. , P. 230-.
- ESTEVES, F. F. . PROCESSO PENAL, TECNOLOGIA E DEMOCRACIA. IN: GUILHERME MADEIRA, GUSTAVO BADARÓ E ROGERIO SCHIETTI CRUZ. (ORG.). CÓDIGO DE PROCESSO PENAL : ESTUDOS COMEMORATIVOS AOS 80 ANOS DE VIGÊNCIA. 1ED.: , 2021, V. , P. 263-.
- ESTEVES, F. F. . A FUNÇÃO SOCIAL DE UMA TEORIA: VEDAÇÃO DO RETROCESSO E A EFETIVIDADE DA RECONSTRUÇÃO CONSTITUCIONAL PROMETIDA. IN: WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG. (ORG.). DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIGNIDADE, CONSTITUIÇÃO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A INGO WOLFGANG SARLET DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIGNIDADE, CONSTITUIÇÃO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A INGO WOLFGANG SARLET DIREITOS FUNDAMENTAIS, DIGNIDADE, CONSTITUIÇÃO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A. 1ED.: , 2021, V. , P. 261-274.
- ESTEVES, F. F. . A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DO DIREITO DE PROPRIEDADE E A CONCESSÃO DE LIMINARES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IN: JOÃO BATISTA MOREIRA PINTO E ALEXANDRE BERNARDINO COSTA. (ORG.). A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DO DIREITO DE PROPRIEDADE E A CONCESSÃO DE LIMINARES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. 1ED.BELO HORIZONTE: , 2013, V. 1, P. 83-104.

OUTRAS PRODUÇÕES

ESTEVES, F. F. . DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL. 2008. (PROGRAMA DE RÁDIO OU TV/OUTRA).

Fls. 075

ESTEVES, F. F. . O DEVIDO PROCESSO LEGAL, O SISTEMA ACUSATÓRIO E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO EFETIVA NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO PENAL. 2014. (EDITORAÇÃO/LIVRO).

ESTEVES, F. F. . OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2009. .

ESTEVES, F. F. . A ATUAÇÃO DO AGENTE POLICIAL MILITAR E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2009. .

ESTEVES, F. F. . DIREITO CONSTITUCIONAL. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/EXTENSÃO).

ESTEVES, F. F. ; FIRME, L. W. . DIREITO ADMINISTRATIVO. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/EXTENSÃO).

ESTEVES, F. F. . CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE - TEORIA E PRÁTICA. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/EXTENSÃO).

ESTEVES, F. F. . LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/OUTRA).

ESTEVES, F. F. . TEORIA E PRATICA DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2008. (CURSO DE CURTA DURAÇÃO MINISTRADO/OUTRA).

ESTEVES, F. F. . PROCESSO LEGISLATIVO. 2008. (DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO OU INSTRUCIONAL - DIREITO CONSTITUCIONAL).

HISTÓRICO PROFISSIONAL

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2007 - ATUAL

TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL

VÍNCULO: AGENTE POLÍTICO, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

2011 - ATUAL

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL

Fls. 076

VÍNCULO: PROFESSOR VISTANTE, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: PROFESSOR

2007 - 2010

UDF CENTRO UNIVERSITÁRIO

VÍNCULO: CELETISTA FORMAL, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: PROFESSOR

2010 - 2010

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO, UNIPROJEÇÃO

VÍNCULO: CELETISTA FORMAL, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: PROFESSOR, CARGA HORÁRIA: 8

2023 - ATUAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

VÍNCULO: PROFESSOR, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL: CONTRATADO

Fls. 077

DANIEL EDUARDO BRANCO CARNACCHIONI

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, possui Mestrado em "Constituição e Sociedade", pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2012), e é Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires. É professor de Direito Civil da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil da FESMPDFT, professor do Gran-Cursos On-line, além de palestrante em diversas instituições de ensino, atuando especialmente na área do Direito Civil. Autor do Manual de Direito Civil (5ª edição, 2021) pela JusPodivm, e de artigos científicos na área do Direito Privado.

Acadêmico

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mestrado em Constituição e Sociedade
2010 - 2012

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
Título: A exigibilidade do contrato preliminar de doação diante dos valores sociais constitucionais que fundamentam as relações privadas
Orientador: Júlia Maurmann Ximenes
, Ano de Obtenção: 2012.

IDIOMAS

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Fls. 078

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

ORIENTOU

Márcia Domingos e Sá

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS FRENTE A ESSE INSTITUTO; ; 2010; Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF Territórios; Orientador: Daniel Eduardo Branco Carnacchioni;

Histórico profissional

ENDEREÇO PROFISSIONAL

- Tribunal de Justica do Distrito Federal. , Praça Municipal, Lote 01, Asa Sul, 70094900 - Brasília, DF - Brasil, Telefone: (61) 31039300

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2004 - Atual
Tribunal de Justica do Distrito Federal

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Juiz de Direito

2008 - Atual
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MPDFT

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Civil

2002 - 2004
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz de Direito

Outras informações:
Posse em 23 de dezembro de 2002 . Janeiro de 2003 - Plantão Judiciário em Valença (Bahia) e Região. Fevereiro de 2003 - Juizado Especial de Defesa do Consumidor de Salvador (Bahia). Março de 2003 a 14 de Abril de 2004 - Atividade Jurisdicional e Funções de Juiz Eleitoral de Urandi (Bahia).

Fls. 079

1997 - 2002

Carnacchioni Advogados Associados S/C

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultoria Jurídica

Outras informações:
Consultoria Jurídica ? área empresarial. Nos anos de 1.999 a 2.001 ? Presidente do Conselho Fiscal da empresa Ítalo Lanfredi S.A Indústrias Mecânicas.

1996 - 1996

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário

Outras informações:
Estágio Remunerado mediante aprovação em Concurso para Estagiários (aprovado em 1 lugar). 2ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto - São Paulo

1994 - 1995

Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário

Outras informações:
Comarca de Sertãozinho - São Paulo Promotor de Justiça: Dr. Sebastião Donizete Lopes dos Santos

Fls. 080

ORESTES LÔBO GUIMARÃES JÚNIOR

- Excelente comunicação escrita e oral;
- Facilidade para desenvolver trabalhos em equipe;
- Comprometimento e responsabilidade;
- Habilidade na elaboração de planejamento, metas, objetivos e organização de tarefas;
- Experiência em coordenação de equipes de trabalho, bem como elaboração de escalas;
- Experiência de 4 anos como jornalista na Câmara dos Deputados
- Experiência de 4 anos como docente no ensino superior;
- Experiência na organização de eventos esportivos e acadêmicos; • Mais de 20 anos de vivência e experiência na área de comunicação;
- Palestrante na área de Comunicação e Marketing;
- Disponibilidade para viagens. Formação Acadêmica Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior – concluída em 2011 Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin – Gama/DF Graduação em Comunicação Social – Bacharel em Jornalismo – concluída em 2006 Universidade Federal do Tocantins (UFT) – campus de Palmas/TO Experiência Profissional 09/2023 – atual | Connect Filmes Produtora Jornalista, redator e revisor
- Produção, edição e revisão de roteiros;
- Direção de cena e gravação;
- Coordenação de equipe de produção; 10/2022 a 09/2023 | Fundação Republicana Brasileira (FRB) Fundação partidária Jornalista
- Atendimento à imprensa;
- Produção, edição e revisão de discursos;
- Mestre de cerimônias; • Publicação e monitoramento de conteúdos em redes sociais;
- Produção de roteiros para vídeos institucionais;
- Elaboração de planejamento estratégico de comunicação;
- Produção, revisão, edição e publicação de conteúdo jornalístico no site da instituição;

• Organização e gerenciamento de rotinas de trabalho;

• Produção de relatórios periódicos e elaboração de análises sobre desempenho e monitoramento de atividades;

• Participação na implantação de melhorias no processo de comunicação, além de auxiliar na tomada de decisões estratégicas. 03/2020 a 10/2022 | Freelancer Assessoria de imprensa Jornalista

• Produção, revisão, edição e publicação de conteúdo jornalístico;

• Cobertura jornalística de eventos;

• Atendimento à imprensa;

• Elaboração de Releases e Notas Oficiais;

• Coordenação de equipes de comunicação. 03/2015 a 09/2019 | Liderança do Republicanos na Câmara dos Deputados Partido político Jornalista

• Coordenação de atividades de assessoria de imprensa, bem como organização e planejamento de pautas para a equipe de produção jornalística;

• Atendimento à imprensa;

• Produção, revisão, edição e publicação de conteúdo jornalístico no Portal do partido e Hotsite; • Planejamento e gerenciamento de escalas de folgas e plantões;

• Organização e gerenciamento de rotinas de trabalho;

• Monitoramento de presença digital de lideranças do partido, utilizando a plataforma Stilingue;

• Produção de relatórios periódicos e elaboração de análises sobre desempenho e monitoramento de atividades;

• Participação na implantação de melhorias no processo de comunicação, além de auxiliar na tomada de decisões estratégicas. 08/2011 a 03/2015 | Centro Universitário Estácio/Facitec Educação Professor

• Planejamento, organização e ministração de aulas das disciplinas: História da Comunicação, Teorias da Comunicação (Tecom), Assessoria de Comunicação e Imprensa, Comunicação Integrada; Comunicação Organizacional/Empresarial, Linguagem e Comunicação, Legislação e Ética na Comunicação, Semiótica, Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 06/2009 a 01/2011 | Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Educação Assessor de Comunicação

Fls. 082

- Coordenação de atividades de assessoria de comunicação.

- Produção, revisão, edição e publicação de conteúdo jornalístico no Portal do Consed;

- Organização e gerenciamento de rotinas de trabalho;

- Organização e cobertura jornalística de eventos da instituição;

- Atendimento à imprensa, bem como marcação e acompanhamento de entrevistas;

- Participação na implantação de melhorias no processo de comunicação, além de auxiliar na tomada de decisões estratégicas. 01/2007 a 06/2009 | Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins (Seduc) Órgão público Jornalista / Coordenação dos Jogos Estudantis do Tocantins (JET's)

- Produção, revisão, edição e publicação de conteúdo jornalístico no Portal da Seduc;

- Cobertura jornalística de eventos do órgão;

- Atendimento à imprensa, bem como marcação e acompanhamento de entrevistas;

- Participação na implantação de melhorias no processo de comunicação, além de auxiliar na tomada de decisões estratégicas

- Membro da organização e coordenação dos Jogos Estudantis do Tocantins (JET's), atuando na elaboração de tabela de jogos, logística de transporte e hospedagem de alunos e professores, congresso técnico, cerimônias de premiação etc. 05/2006 a 12/2006 | Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins (Sespo) Órgão público Jornalista e árbitro de futsal

- Produção, revisão, edição e publicação de conteúdo jornalístico no Portal da Sespo;

- Cobertura jornalística de eventos do órgão;

- Atendimento à imprensa, bem como marcação e acompanhamento de entrevistas;

- Participação na implantação de melhorias no processo de comunicação, além de auxiliar na tomada de decisões estratégicas

- Arbitragem de jogos de futsal e futebol, além de membro da organização e coordenação dos Jogos Estudantis do Tocantins (JET's), atuando na laboração de tabela de jogos, logística de transporte e hospedagem de alunos

Fls. 083

e professores, congresso técnico, cerimônias de premiação etc. -Participação em eventos II Curso de Comunicação PRB Brasil – Assessoria de Imprensa e Mídias Sociais 2015 – Brasília/DF -Palestrante Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010 – Brasília/DF -Assessor de Comunicação e responsável pelo estande do Consed Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI) 2009 – Luziânia/GO -Assessor de Comunicação e responsável pelo estande do Consed Olimpíadas Escolares 2005 – Brasília/DF -Assessor de Comunicação e membro da Delegação do Estado do Tocantins -Formação Complementar Jornalismo On-line – carga horária 45h – concluída em 2011 Cursos 24h.

Fls. 084

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA

É especialista em Inteligência Emocional, Pós graduado em Psicologia Positiva e treinador de CNV com formação em vários institutos como Anhanguera, UDEMY e PUC/EAD. Já palestrou para mais de 20.000 pessoas em eventos como Feira Internacional do Livro de Brasília, ABRINT/SP e outros grandes eventos, desenvolveu projetos junto a empresas, escolas e órgãos públicos com foco no desenvolvimento da inteligência emocional, melhora das habilidades sociais, construção de cultura de mediação de conflito, elevação do bem-estar e produtividade. As palestras e treinamentos deste profissional que foi Conselheiro Tutelar defendendo o direito das crianças e adolescentes por dois mandatos, é Servidor Publico e Empresário tem objetivo despertar em jovens e adultos uma vida intencional, utilizando o autoconhecimento para reconhecer suas vulnerabilidades e corrigi-las bem como identificar seus pontos fortes e potencializa-los. Trabalha com mediação de conflitos e desenvolvimento pessoal há mais de 14 anos, casado e pai de duas lindas meninas tem como missão contribuir com a melhora da Saúde Mental daqueles que oportunamente tiver contato por meio de seus treinamentos, palestras e contato pessoal.

CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES
GESTÃO PÚBLICA

Fls. 086

Brasília,01 de julho de 2026

A Câmara Municipal de Itiquira-MT

O Instituto Ulysses Guimarães Ltda, confirma a inscrição de: **FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO JOTA, JOÃO NETO DA SILVA, SILVANO TUNES LEITE E JOSE CARLOS BATISTA**, para o curso: "**46º Congresso de Gestão Pública**", que será realizado nos dias: 07 a 10 de julho de 2026 em Brasília- DF, no Hotel Laguna Plaza.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

ASSINADO DIGITALMENTE
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
(61)9 8654-5280
Dra. Ana Maria L. T. Rezende
Advogada- OAB/MG219623

Fls. 087

ENQUADRAMAENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

DECRETO LEGISLATIVO N.º 004/2025

Dispõe sobre a aprovação e ratificação do planejamento realizado para o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira – Mato Grosso e dá outras providências.

Publicado por afixação em local público de costumes em 11/12/25
Secretaria de Administração.

EDIOMAR GOBBI - Presidente do Poder Legislativo de Itiquira, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando, o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 12, VII que trata sobre a exigência de elaboração do Plano de Contratação Anual para os entes federativos;

Considerando a realização do planejamento de contratações públicas, para o exercício de 2025/2026, do Poder Legislativo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Aprovado o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira- Mato Grosso.

Art. 2º - O Plano de Contratação Anual (PCA), para o exercício de 2025/2026, será realizado de acordo com o plano contido no anexo I deste decreto.

Art.3º - Fica aprovado o anexo II, que descreve as dotações orçamentárias destinadas à efetivação do plano de compras ora aprovado.

Art.4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itiquira-MT, 11 de dezembro de 2025.

Ediomar Gobbi
Presidente
Gestão Biênio: 2025-2026

42. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO/CURSOS

SEQ.	DESCRIÇÃO	UND PAD.	QTD.
01	Treinamento na área administrativa com treinamento e capacitação de servidores e gestores (cursos e afins) com seminários, congressos, cursos in company, cursos online, cursos presenciais, etc)	UND	50
VALOR ESTIMADO TOTAL R$		**104.680,00**	
PERÍODO ESTIMADO		**12 MESES**	

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAUDOS SST

SEQ.	DESCRIÇÃO	UND PAD.	QTD.
01	Contratação de empresa especializada para a elaboração de laudos técnicos para a câmara municipal de itiquira, de conformidade com a legislação em vigor e exigências ao disposto no decreto 3.048/99, que estabelece obrigatóriedade das empresas públicas e privadas a manterem laudo técnico e embasamento, nas nr's 15 e anexo 14 e norma regulamentadora 16 que definem as características de periculosidade.	UND	01
VALOR ESTIMADO TOTAL R$		**10.153,97**	
PERÍODO ESTIMADO		**12 MESES**	

RESUMO GERAL

Categorias	Valor Estimado Total	
Aquisição de materiais	***R$***	***1.595.675,60***
Aquisição de pneus	R$	6.626,75
Aquisição de Uniformes	R$	15.963,70
Bandeiras, insigmas e flâmulas	R$	15.459,56

Fls.

Fls. 091

MINUTA DO EMPENHO

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
NOTA DE EMPENHO
ESTADO DE MATO GROSSO

Fls. 092

C.N.P.J.: 00.176.362/0001-38
Município: ITIQUIRA

Data:
Usuário:

Data do Empenho:
N° do Empenho:

Órgão:
Unidade:
Funcional:
Projeto/Atividade:
Natureza de Despesa:
Recurso:

Valor Dotação:
Valor Dotação Atualizada:
Total (A):

Empenhos anteriores:
Valor do empenho:
Valor complemento:
Valor anulado:
Total (B):
Total (A - B):

dor:
CPF/CNPJ: **Inscr.Est./Ident.Prof.:** **Telefone:**
Endereço: **Cidade:** Itiquira **UF:** MT
Banco: **Conta:**
Agência: **Tipo da Conta:**

Especificação:

Fonte de Recurso: **Valor geral:**

Pagamentos: **Nº Pagamento.:** **Conta Bancária.:**

Valor .:
Valor Total Pago.:
Valor Total à Pagar.:

Fundamento legal:
Modal. Licitação:

Número Licitação:
Número Processo:
Número Contrato:
Número Aditivo/Apost.:

Data homologação:
Data contrato:
Data Aditivo/Apost.:

eclaro para os devidos fins que o (material/serviço) foi (Fornecido/prestado) Data:

Responsável

EDIOMAR GOBBI
..111-**
Presidente

SARAH DA COSTA ROSA
..561-**
Assessora Contábil

Fls. 093

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT.

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fls. 094

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

DETALHE DO ITEM: 395241-0

Download

SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CONGRESSO DE GESTAO PUBLICA

Código:	Exercício:	Incluído em:
395241-0	2017	01/01/2017

Unidades de Fornecimento:

- ALUNO (cód.: 1974)
- DIARIA (cód.: 1089)
- HORA (cód.: 1091)
- MÊS (cód.: 1092)
- MODULO (cód.: 1934)
- REAL (cód.: 2715)
- UNIDADE (cód.: 1)

Grupo / Classe / Material ou Serviço:

SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS (cód 8) → SERVICOS NA AREA EDUCACIONAL (cód 803) → SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL (cód 31154)

realizar outra pesquisa

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

CADASTRO DO(S) FORNECEDOR(ES)

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Fls. 096

Relatório de Fornecedores

Nome do Fornecedor:
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

Tipo de Pessoa:
Juridica

Situação de Pessoa:
Ativo

CPF / CNPJ:
40.033.708/0001-63

Data da Inclusão:
18/10/2021

Endereços:
R SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE, 04 – Setor de

Telefones:
(61) 8654-5280

E-mails:
Não Informado

Sites:
Não Informado

Natureza Jurídica:
Não Informado

Responsável:
–

Qualificação:
Não Informado

Porte:
Microempresa

Órgão do Registro:

Número:

Data:
18/10/2021

Inscrição Municipal:

Município da Inscrição:

Inscrição Estadual:

Estado da Inscrição:

Fls. 097

DOCUMENTOS DA EMPRESA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Fls. 098

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
DFP2000223224

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

BRASILIA
Local

7 Dezembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data / Responsável

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data / Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data
_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Fls. 099

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/318.123-9	DFP2000223224	07/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.134.256-09	ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 100

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

1. ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESÁRIA, Casada, regime de bens Comunhao Parcial, data de nascimento 09/10/1982, nº do CPF 049.134.256-09, documento de identidade 02887265593, DETRAN, MG, com domicílio / residência a RUA PEDRA DE SAO PEDRO, número 200, bairro / distrito RESIDENCIAL MONT BLANC, município ALFENAS - MINAS GERAIS, CEP 37.131-028.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES.

Cláusula Segunda - O objeto social será CURSOS E TREINAMENTOS NA AREA DE GESTAO PUBLICA.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na QUADRA SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE, número 04, APT 102 PARTE C, bairro / distrito SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA), município BRASILIA - DF, CEP 72.145-105.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 14/12/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R$ 10.000,00 (DEZ MIL reais) dividido em 1 quotas no valor nominal R$ 10.000,00 (DEZ MIL reais), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R$
ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE	1	10.000,00
TOTAL	1	10.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá à administradora/sócia ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 10

suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de BRASILIA - DF para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

BRASÍLIA, 4 de Dezembro de 2020.

ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE
Sócio/Administrador

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Fls. 102

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/318.123-9	DFP2000223224	07/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.134.256-09	ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 103

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCISDF, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 20/318.123-9, em 07/12/2020 da empresa: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, nire: 5320238754-6 , foi deferido digitalmente sob o número 53202387546, em 07/12/2020 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019. Assina o presente termo, mediante certificado digital, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.134.256-09	ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.134.256-09	ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE

Brasília. segunda-feira, 07 de dezembro de 2020

Documento assinado eletrônicamente por Maxmiliam Patriota, Servidor(a) Público(a), em 07/12/2020, às 11:48 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 20/318.123-9.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 104

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. segunda-feira, 07 de dezembro de 2020

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 53202387546 em 07/12/2020 da Empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA, Nire 53202387546 e protocolo DFP2000223224 - 07/12/2020. Autenticação: 3880976C182985AA82235F4515DF889547781C. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 20/318.123-9 e o código de segurança DXgw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.
MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Fls. 105

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.033.708/0001-63 **MATRIZ**		**07/12/2020**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE	**04**	**APT 102 PARTE C**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
72.145-105	**SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA)**	**BRASILIA**	**DF**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INSTITUTOULYSSESGUIMARAES.COM.BR	**(61) 8654-5280**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**07/12/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/07/2025** às **16:42:06** (data e hora de Brasília).

Fls. 106

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 12/06/2026, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
40.033.708/0001-63

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/06/2026
Selo digital de segurança: **2026.CTD.87U0.S3WT.ENYQ.U347.XN1Q**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES
GESTÃO PÚBLICA

Fls. 107

DECLARAÇÃO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

Brasília, 03 de fevereiro de 2025.

O Instituto Ulysses Guimarães Ltda, declara que sua notória especialização é visível de conhecimento público no Estado que atua de forma regular, contando com experiência e realizando semanalmente cursos presenciais na Capital que atua, sempre formando e capacitando Agentes Públicos, tendo sua qualificação comprovadas por atestados de Capacidade técnica emitida por diversas Câmaras Municipais, destaca se ainda entre nossos professores o Juiz Dr. Fábio Francisco Esteves que possui formação e experiência ampla, sendo que seu currículo completo pode ser acessado na plataforma Lattes, merecendo destacar:

Prof. Dr. Fábio Francisco Esteves

- Juiz de direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- Juiz Instrutor do Gabinete do Ministro Edson Fachin no STF
- Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
- Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB)
- Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP)
- Professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da escola de Magistratura do Distrito Federal
- Membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para revisão da Legislação antirracista
- Participação como Palestrante em todo Brasil.

ASSINADO DIGITALMENTE
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Instituto Ulysses Guimarães Ltda
CNPJ: 40.033.708/0001-63

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Fls. 108

CERTIDÃO Nº: 147088617662026
NOME: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
ENDEREÇO: SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
CIDADE: SETOR DE DESENVOLVIME
CNPJ: 40.033.708/0001-63
CF/DF 0802068300155
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 09 de agosto de 2026. *

Certidão emitida via internet em 11/05/2026 às 13:54:45 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 109

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.033.708/0001-63
Certidão nº: 46207971/2026
Expedição: 06/05/2026, às 09:55:10
Validade: 02/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.033.708/0001-63, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Fls. 110

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CNPJ: 40.033.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 111

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA N° 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

Fls. 112

CADASTROS IMPEDITIVOS

Fls. 113

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 01/07/2026 13:34:07

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
CNPJ: **40.033.708/0001-63**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Fls. 114

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/07/2026 às 13:35) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.033.708/0001-63.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A45.41BF.23D0.F711 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

Fls. 116

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.033.708/0001-63 **MATRIZ**		**07/12/2020**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (*)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS (*)
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE	**04**	**APT 102 PARTE C**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
72.145-105	**SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA)**	**BRASILIA**	**DF**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INSTITUTOULYSSESGUIMARAES.COM.BR	**(61) 8654-5280**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**07/12/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/07/2026** às **13:35:38** (data e hora de Brasília).

Fls. 117

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	40.033.708/0001-63
NOME EMPRESARIAL:	INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

itido no dia **01/07/2026** às **13:35:56** (data e hora de Brasília).

Fls. 118

Condições de Dispensa de Licenciamento

Estabelecimento: 40.033.708/0001-63 - INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
UF/Município: DF/BRASILIA

Órgão	Abrangência	Condições
Corpo de Bombeiros	FEDERAL	• Desde que as atividades sejam realizadas na residência do empreendedor, sem recepção de pessoas; ou em edificações diversas da residência, se a ocupação da atividade tiver ao todo até 200 m² (duzentos metros quadrados) e for realizada: em edificação que não tenha mais de 03 (três) pavimentos; em locais de reunião de público com lotação até 100 (cem) pessoas; em local sem subsolo com uso distinto de estacionamento; sem possuir líquido inflamável ou combustível acima de 1000 L (mil litros); e sem possuir gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cento e noventa quilogramas).

Fls. 119

SITUAÇÃO FISCAL

Fls. 120

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CNPJ: 40.033.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

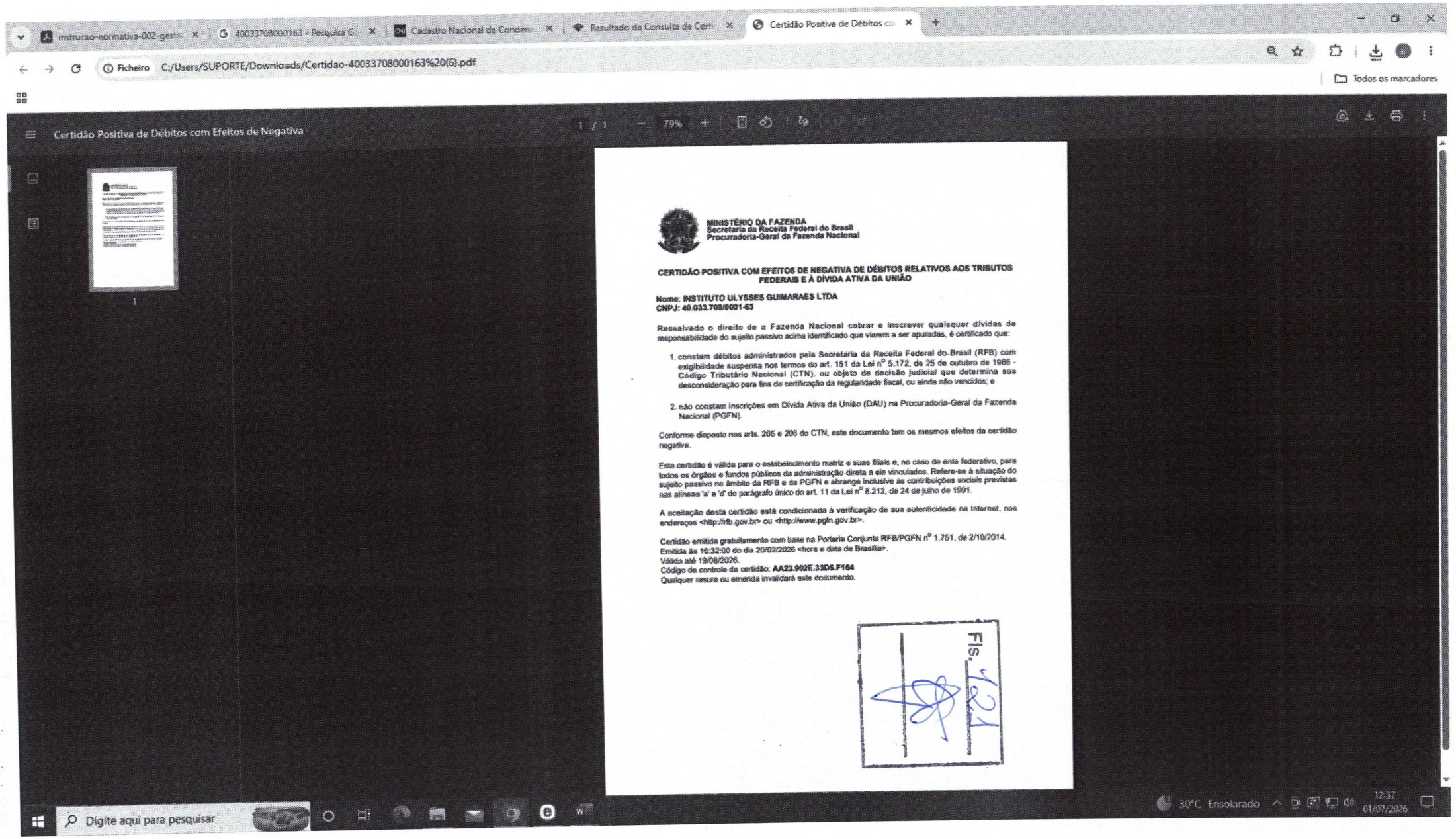
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CNPJ: 40.033.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 121

Voltar · Imprimir

Fls. 122

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.033.708/0001-63

Razão social: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

Endereço: Q 1 CO E 04 APT 102 PARTE C/ SETOR DE DESENVOLVI / BRASILIA / DF / 72145-105

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/06/2026 a 06/07/2026

Certificação Número: 2026060704495548410203

Informação obtida em 01/07/2026 13:38:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 123

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 2.2

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 40.033.708/0001-63
Razão social: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
07/06/2026	07/06/2026 a 06/07/2026	2026060704495548410203
13/05/2026	13/05/2026 a 11/06/2026	2026051321335548410288
21/04/2026	21/04/2026 a 20/05/2026	2026042101055548410237
02/04/2026	02/04/2026 a 01/05/2026	2026040204185548410213
14/03/2026	14/03/2026 a 12/04/2026	2026031400595548410239
23/02/2026	23/02/2026 a 24/03/2026	2026022318435548410200
03/02/2026	03/02/2026 a 04/03/2026	2026020318365548410200
14/01/2026	14/01/2026 a 12/02/2026	2026011403125548410200
26/12/2025	26/12/2025 a 24/01/2026	2025122607425548410271
06/12/2025	06/12/2025 a 04/01/2026	2025120607045548410275
16/11/2025	16/11/2025 a 15/12/2025	2025111605005548410225
26/10/2025	26/10/2025 a 24/11/2025	2025102604345548410210
06/10/2025	06/10/2025 a 04/11/2025	2025100603525548410269
17/09/2025	17/09/2025 a 16/10/2025	2025091707325548410289
27/08/2025	27/08/2025 a 25/09/2025	2025082707205548410254
08/08/2025	08/08/2025 a 06/09/2025	2025080819005548410263
20/07/2025	20/07/2025 a 18/08/2025	2025072003205548410255
01/07/2025	01/07/2025 a 30/07/2025	2025070104275548410268
12/06/2025	12/06/2025 a 11/07/2025	2025061207255548410248
23/05/2025	23/05/2025 a 21/06/2025	2025052320405548410207
03/05/2025	03/05/2025 a 01/06/2025	2025050305015548410228
14/04/2025	14/04/2025 a 13/05/2025	2025041410295548410212
26/03/2025	26/03/2025 a 24/04/2025	2025032620225548410206
07/03/2025	07/03/2025 a 05/04/2025	2025030704145548410205
16/02/2025	16/02/2025 a 17/03/2025	2025021604175548410212
25/01/2025	25/01/2025 a 23/02/2025	2025012510415548410200
05/01/2025	05/01/2025 a 03/02/2025	2025010501035548410212
17/12/2024	17/12/2024 a 15/01/2025	2024121701355548410294
28/11/2024	28/11/2024 a 27/12/2024	2024112801475548410281
09/11/2024	09/11/2024 a 08/12/2024	2024110900585548410245
20/10/2024	20/10/2024 a 18/11/2024	2024102004595548410210

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
01/10/2024	01/10/2024 a 30/10/2024	2024100122115548410221
12/09/2024	12/09/2024 a 11/10/2024	2024091208375548410242
24/08/2024	24/08/2024 a 22/09/2024	2024082405135548410285
04/08/2024	04/08/2024 a 02/09/2024	2024080404095548410265
16/07/2024	16/07/2024 a 14/08/2024	2024071622145548410202

Fls. 124

Resultado da consulta em 01/07/2026 13:39:07

Voltar

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Fls. 125

CERTIDÃO Nº: 190114291592026
NOME: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
ENDEREÇO: SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
CIDADE: SETOR DE DESENVOLVIME
CNPJ: 40.033.708/0001-63
CF/DF 0802068300155
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2026

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 29 de setembro de 2026. *

Certidão emitida via internet em 01/07/2026 às 13:39:49 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 126

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.033.708/0001-63
Certidão nº: 58702297/2026
Expedição: 01/07/2026, às 13:41:12
Validade: 28/12/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.033.708/0001-63, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Fls. 127

CERTIDÃO Nº: 190114291642026
NOME: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
ENDEREÇO: SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
CIDADE: SETOR DE DESENVOLVIME
CNPJ: 40.033.708/0001-63
CF/DF 0802068300155
FINALIDADE: VERIFICACAO DE DEBITOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2026

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 29 de setembro de 2026. *

Certidão emitida via internet em 01/07/2026 às 13:40:20 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Fls. 128

CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

Data da consulta: 01/07/2026 13:43:23

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

Fls. 129

CNPJ: **40.033.708/0001-63**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais Informações

Voltar | Gerar PDF

Fls. 130

GOOGLE MAPS

Fls. 131

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Roseny Farias Lima, matrícula** funcional 521, Secretaria de Administração, **DECLARO** que não foi encontrado no site: https://www.google.com.br/maps/preview localização da empresa **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**, CNPJ: 40.033.708/0001-63. Assim, para a devida comprovação, utilizou-se como referência o endereço constante na **Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa**, nº **19011429164202**6 emitida pelo Governo do Distrito Federal , consultada em 01/07/2026 a qual consta o seguinte endereço: **SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04 , SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA) – BRASÍLIA -DF.**

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT,01 de julho de 2026.

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Fls. 132

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

Fls. 133

Cadastro de Empresas Inidôneas

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 01/07/2026 12:43

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 meses	1774140/2024
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 meses	1774140/2024
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 anos	171069/2020
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 anos	1804979/2024

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 30/06/2026

Dados da consulta: 01/07/2026 13:44:05

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 40033708000163

Consulta

CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	UF DO SANCIONADO	MOTIVO DO IMPEDIMENTO	ÓRGÃO SANCIONADOR	NÚMERO DO CONVÊNIO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado						

Fls. 134

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO

Fls. 136

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 139/2026 Itiquira - MT, 01 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para: EQUIPE DE APOIO
SRA. JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

Assunto: SOLICTAÇÃO.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e considerando o disposto na Portaria Legislativa n° 022/2026, solicitar-lhe, a Elaboração do Balizamento de Preços, para contratação de empresa para participação dos servidores desta Casa no 46º congresso de gestão publica de a ser realizado de 07/07/2026 a 10/07/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasilia DF

Anexo à presente, a proposta da empresa para o devido balizamento.

Sendo o que apresenta para o momento, agradeço antecipadamente coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001095

Fls. 137

Número do processo: 000001095 Número Único: X7X.B58.TYN-ZS

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: JOYCE CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 01/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO

Observação: CI SAD N° 139/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Joyce Cristina Silva de Oliveira

Interessado: JOYCE CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA

Fls. 138

PROPOSTA

Fls. 139

INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES

GESTÃO PÚBLICA

Público Alvo: Vereadores, Assessores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Servidores do Executivo e Legislativo

BRASÍLIA – DF

46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

de 07 a 10 de julho de 2026

-Terça-feira: 07/07 Horário: 14:00 às 19:00
Credenciamento e entrega de materiais.
-Quarta-feira: 08/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Lei 13.146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Conceito de Deficiência.
Educação Inclusiva.
Trabalho.
Acessibilidade e tecnologia assistiva.
Deficiências ocultas e penalidades.
-Quinta-feira: 09/07 Horário: 08:00 às 12:00 – Palestra
Processos Administrativos essenciais.
Atribuição de cada cargo, dentro da Administração Municipal.
Desafios e soluções na gestão Administrativa.
-Sexta-feira: 10/07 Horário: 07:00 às 09:00 - Palestra
O Papel do Legislativo no desenvolvimento Municipal.
Troca de experiências, dúvidas, debates;
Integração de projetos;
Carga horária:10h/aulas.
Plantão de dúvidas das 09h00 às 10h00.
Encerramento e entrega de certificados.

Contato
Telefone: (61)98654-5280 (WhatsApp)
Investimento: R$1.490,00 por participante
Dados Bancários:
Banco do Brasil
Agência: 2901-7
Conta Corrente: 51010-6
Instituto Ulysses Guimarães Ltda.
CNPJ:40.033.708/0001-63
E-mail: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br
Site: http://institutoulyssesguimaraes.com.br/cursos
Local: Hotel Laguna Plaza
Praça Central, 3ª Avenida, Avenida Contorno Ae 4 Núcleo Bandeirante, Brasília- DF
(61)2109 9600
Obs.: O Instituto Ulysses Guimarães se reserva no direito de cancelar os eventos, não se responsabilizando pela viagem sem inscrição antecipada.

Instagram:
@institutoulyssesguimaraes

Palestrantes:


Dr. Enéias Rezende
Advogado


Dr. Fábio F. Esteves
Juiz de Direito do Distrito Federal e Territórios


Dr. Daniel Carnacchioni
Juiz TJDFT


Orestes Lobo - Jornalista


Marcos Paulo de Oliveira
Palestrante

BALIZAMENTO DE PREÇO

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 3028

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade	
20/05/2026 08:24:08	20/05/2026	53001081240033708000163000000000302826051779276242	
Emitente da NFS-e	**Número da DPS**	**Data Emissão da DPS**	**Série da DPS**
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

Fls. 141

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
Nome/Razão Social: Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimaraes
Endereço: Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
Cidade: Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
E-mail: lara.cont@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 21.246.764/0001-31 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (34)3245-1367
Nome/Razão Social: CAMARA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS
Nome Fantasia: CAMARA MUNICIPAL DE INDIANOPOLIS
Endereço: Avenida Tiradentes, 207 - centro **CEP:** 38490-000
Cidade: Indianópolis **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
E-mail: contato@camaraindianopolis.mg.gov.br

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
Local da Prestação: Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$ 7.450,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026. Participantes: CLODOALDO JOSÉ BORGES, JANÍZIO MOACIR VAZ DE RESENDE, JOSÉ RICARDO OLIVEIRA, LEONARDO ALVES VIEIRA, MARCOS TÚLIO DA SILVA.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
Base de Cálculo: R$ 7.450,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 149,00

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** R$ 357,60 **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
Município de Incidência: - **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

Alíq. CBS: -	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** -	**Valor CBS:** -
Alíq. IBS Est.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** -	**Valor IBS Est.:** -
Alíq. IBS Mun.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** -	**Valor IBS Mun.:** -

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Aliq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
R$ 357,60	-	-	R$ 7.092,40	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 3029

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
20/05/2026 08:48:23	20/05/2026	53001081240033708000163000000000302926051779277706

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

Fls. 102

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
Nome/Razão Social: Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimaraes
Endereço: Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
Cidade: Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
E-mail: lara.cont@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 04.437.875/0001-06 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (34)3421-2400
Nome/Razão Social: CAMARA MUNICIPAL DE FRUTAL
Nome Fantasia:
Endereço: Rua Osvaldo Cruz, 688 **CEP:** 38200-186
Cidade: Frutal **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
E-mail: contabilidade@camarafrutal.mg.gov.br

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
Local da Prestação: Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$ 13.410,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026. Participantes: ALEXANDRE JOSÉ BRAZ, EDSON SILVA ALVES, EDUARDO RODRIGUES VITÓRIA, JOSÉ ADÃO DA SILVA, JONH KENNEDY MENDONÇA, LUCAS VICTOR BORGES, LUIS LOIOLA MAIA, MAIZA SIGNORELLI NUNES, MARÇA JANETTE COSTA DA SILVA.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
Base de Cálculo: R$ 13.410,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 268,20

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** R$ 643,68 **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
Município de Incidência: - **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

Alíq. CBS: -	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** -	**Valor CBS:** -
Alíq. IBS Est.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** -	**Valor IBS Est.:** -
Alíq. IBS Mun.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** -	**Valor IBS Mun.:** -

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Aliq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
R$ 643,68	-	-	R$ 12.766,32	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 3030

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
20/05/2026 08:58:58	20/05/2026	53001081240033708000163000000000303026051779278338

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

Fls. 143

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
Nome/Razão Social: Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimaraes
Endereço: Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
Cidade: Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
E-mail: lara.cont@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 19.704.824/0001-70 **Inscrição Municipal:** **Telefone:**
Nome/Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
Nome Fantasia: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
Endereço: Avenida Rodoviária, 124 **CEP:** 33239-102
Cidade: Lagoa Santa **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
E-mail: financeiro@cmlagoasanta.mg.gov.br

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
Local da Prestação: Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$ 1.490,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026.
Participante: MARCELO SILVA MONTEIRO

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
Base de Cálculo: R$ 1.490,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 29,80

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** R$ 71,52 **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
Município de Incidência: - **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

Alíq. CBS: -	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** -	**Valor CBS:** -
Alíq. IBS Est.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** -	**Valor IBS Est.:** -
Alíq. IBS Mun.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** -	**Valor IBS Mun.:** -

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Alíq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
R$ 71,52	-	-	R$ 1.418,48	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Coordenação do ISS

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

Número da Nota Fiscal: 3035

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
20/05/2026 09:40:11	20/05/2026	53001081240033708000163000000000303526051779280810

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://iss.fazenda.df.gov.br/online/

Fls. 44

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 40.033.708/0001-63 **Inscrição Municipal:** 0802068300155 **Telefone:** (61)8654-5280
Nome/Razão Social: Instituto Ulysses Guimaraes Ltda
Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimaraes
Endereço: Sde Quadra 01 Conjunto e Lote 04 Apt 102 Parte C, 0 **CEP:** 72145-105
Cidade: Brasília **Estado/Prov./Reg.:** Distrito Federal **País:** Brasil
E-mail: lara.cont@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 20.729.588/0001-26 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** 3263-9000
Nome/Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS
Nome Fantasia: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS
Endereço: Avenida 113, 682 **CEP:** 38360-000
Cidade: Capinópolis **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
E-mail: contabilidade@capinopolis.mg.leg.br

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 17.24.01 **NBS:** 1.2205.14.00 **Atividade Municipal:** 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, s...
Local da Prestação: Brasília - DF **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$ 1.490,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: Participação no curso: 33º Simpósio de Gestão Pública, realizado em Brasília-DF, nos dias: 19 a 22 de maio de 2026.
Participante: LEANDRO LUIZ PEREIRA

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Brasília - DF **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$ 0,00
Base de Cálculo: R$ 1.490,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$ 29,80

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** R$ 71,52 **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: - **Classif. Tributária:** - **Situação Tributária:** -
Município de Incidência: - **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** -

Alíq. CBS: -	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** -	**Valor CBS:** -
Alíq. IBS Est.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** -	**Valor IBS Est.:** -
Alíq. IBS Mun.: -	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** -	**Valor IBS Mun.:** -

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Aliq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
R$ 71,52	-	-	R$ 1.418,48	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Fls. 145

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - "46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA":

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	Proposta	Preços Públicos Obtidos						Média de todos os valores obtidos (R$)	Mediana de todos os valores obtidos (R$)	Valor Método Sugerido Unitário Final (R$)	Valor Método Sugerido Total Final (R$)
					Empresa: Instituto Ulysses Guimarães Ltda **CNPJ:** 40.033.708/0001-63	**Orgão:** Câmara Municipal de Indianópolis/MG **NFS:** 3028	**Orgão:** Câmara Municipal de Frutal/MG **NFS:** 3029	**Orgão:** Câmara Municipal de Lagoa Santa/MG **NFS:** 3030	**Orgão:** Câmara Municipal de Capinópolis/MG **NFS:** 3035	**Radar TCE/MT**	**Painel de Preços (PP)**				
					VALOR UNIT. (R$)	**VALOR UNIT. (R$)**		**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**				
1	395241-0	Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - 46° Congresso de Gestão Pública, modalidade presencial, carga horária 10 h/aulas, data prevista: 07 a 10 de julho de 2026, Brasília-DF.	UNIDADE	4	1.490,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	-	-	1.490,00	1.490,00	**1.490,00**	**5.960,00**
VALOR ESTIMADO TOTAL (R$)															**5.960,00**

Joyce Cristina S. de Oliveira
Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 023/2025

Itiquira/MT, 02 de julho de 2026.

Fls. 216

Fls. 147

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

Fls. 118

RELATÓRIO TÉCNICO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

PROC ADM Nº 017/2026
INEXIGIBILIDADE N° 012/2026

1.DENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente relatório refere-se ao processo de: **Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - 46° Congresso de Gestão Pública, modalidade presencial, carga horária 10 h/aulas, data prevista: 07 a 10 de julho de 2026, Brasília-DF.**

2. FUNDAMENTAÇÃO

A pretensa contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, artigo 74, abaixo transcrito:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; § 3° Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Resolução Interna nº 02/2023, de 13 de fevereiro de 2023, especialmente em seu Anexo V, que trata dos procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços.

Ainda que os entes subnacionais não estejam obrigados a observar a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem recomendado sua adoção por analogia, por meio de decisões e orientações técnicas.

Em especial, destaca-se a Decisão nº 1.1/2022 – Pleno do TCE-MT, na qual o Tribunal orienta os órgãos estaduais e municipais a utilizarem as diretrizes da referida Instrução Normativa como padrão metodológico mínimo, considerando sua adequação técnica à estimativa de preços e à eficiência dos processos de contratação pública.

3. METODOLOGIA

Se tratando de inexigibilidade, o balizamento foi realizado a partir da proposta apresentada pela empresa para a Câmara Municipal de Itiquira e contratações entre outros órgãos públicos junto a futura contratada, para o mesmo objeto, conforme abaixo citado:

a) **Cotação/Proposta da Empresa:** A empresa encaminhou proposta com valor global de R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais), para 04 (quatro) inscrições, no valor individual de R$ 1.490,00 (mil e quatrocentos e noventa reais), por participante.

b) **Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos**, contratações entre outros órgãos públicos junto a futura contratada, emitidos no período de até **1 (um) ano** anterior à data da autorização da inexigibilidade:

- **Nota Fiscal nº 3028 do Órgão**: **Câmara Municipal de Indianópolis-MG**, CNPJ: 21.246.764/0001-31 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 7.450,00 (sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), Número de participantes 05 (cinco). Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

- **Nota Fiscal nº 3029 do Órgão**: **Câmara Municipal de Frutal-MG**, CNPJ: 04.437.875/0001-06 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 13.410,00 (treze mil, quatrocentos e dez reais), Número de participantes 09 (nove). Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

- **Nota Fiscal nº 3030 do Órgão**: **Câmara Municipal de Lagoa Santa-MG**, CNPJ: 19.704.824/0001-70 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais), Número de participantes 01 (um). Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

- **Nota Fiscal nº 3035 do Órgão**: **Câmara Municipal de Capinópolis-MG**, CNPJ: 20.729.588/0001-26 – Data da Emissão: 20/05/2026, Valor da Contratação R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais), Número de participantes 01 (um).

Valor individual da inscrição R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais). Empresa Contratada: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA - CNPJ: 40.033.708/0001-63.

Ressalta-se que, nas Contratações acima citadas, se tratam do mesmo objeto, e do mesmo evento. Ofertados pela empresa da contratação ora pretendida, apresentando valores compatíveis.

4. TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Foram utilizadas **4 fontes de pesquisa de preços**, em conformidade com o **art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021**, que estabelece como quantitativo mínimo a coleta de **três preços,** visando assegurar maior confiabilidade e representatividade na definição do valor de referência.

Os preços obtidos foram organizados em planilha e submetidos a tratamento estatístico, com cálculo de média, considerando preço do próprio fornecedor, supra citado, pela natureza da contratação – Inexigibilidade.

3

A aplicação desses critérios visa assegurar a escolha da medida de tendência central mais adequada para estimativa do valor de referência.

A tabela a seguir resume os dados coletados:

Fonte	Valor (R$) por inscrição
1	1.490,00
2	1.490,00
3	1.490,00
4	1.490,00
5	1.490,00

Parâmetros estatísticos calculados por inscrição:

- Média: **R$ 1.490,00**
- Mediana: **R$ 1.490,00**
- Proposta **R$ 1.490,00** - O valor proposto na proposta da empresa, por inscrição

5.SUGESTÃO DO VALOR ESTIMADO

- Diante da análise estatística apresentada, obteve os valores:

- Média: **R$ 1.490,00**
- Mediana: **R$ 1.490,00**
- Proposta R$ **1.490,00** - O valor proposto na proposta da empresa, por inscrição

Diante da análise estatística realizada, supra citada, sugere-se para a contratação o valor apresentado pela empresa Instituto Ulysses Guimarães Ltda, para a Câmara Municipal de Itiquira, totalizando o valor global de $ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais), para 04 (quatro) inscrições, resultando no valor individual R$ 1.490,00 (mil e quatrocentos e noventa reais), por participante, tendo em vista ser mais vantajoso do que Média ou Mediana.

Obs.: *O valor final foi arredondado para duas casas decimais, a fim de evitar divergências geradas por frações decimais nas fórmulas e garantir maior precisão na estimativa.*

6.DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

Finaliza-se a presente peça técnica em conformidade com as normas vigentes, submetendo-se à apreciação e aprovação da Autoridade Competente (presidente) para deliberação, nos termos da Resolução nº 02/2023, Anexo V, art. 8º, §1º.

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo, fundamentados na análise técnica realizada. Caso a Administração opte pela adoção de metodologia diversa da aqui sugerida como, por exemplo, a média aritmética ou outro critério de cálculo permitido, de acordo com IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 6º, § 1º, solicita-se que tal decisão seja formalmente registrada antes do encaminhamento ao setor de compras (agente de contratação).

Se aprovado o valor sugerido, solicita-se, igualmente, que tal valor seja expressamente registrado na autorização do gestor competente, de forma a respaldar a continuidade do procedimento.

Na ausência de manifestação expressa, entender-se-á como tacitamente aprovada a metodologia ora proposta.

Por fim, recomenda-se o encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica para análise quanto à regularidade da pesquisa de preços e emissão de parecer, caso identifique eventuais riscos ou inconsistências.

Itiquira/MT, 02 de julho de 2026.

Joyce Cristina S. de Oliveira

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

Fls. 152

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI EA - N º 017/2026

Itiquira-MT, 02 de julho de 2026.

DA: EQUIPE DE APOIO
PARA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA
SECRETÁRIA.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta vossa a **CI SAD nº 139/2026**, encaminhar-lhe o Demonstrativo da Composição de Preços, devidamente pautado no Art. 23 da lei 14.133/2021, para atender o objeto abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 46º congresso de gestão publica de a ser realizado de 06/07/2026 a 10/07/2026 – pelo instituto Ulisses Guimaraes em Brasilia DF

.

Solicito que o respectivo Demonstrativo da Composição de Preços e o Relatório Circunstanciado, sejam submetidos a Autoridade Competente para a devida apreciação e aprovação.

Caso a Autoridade Competente, adote posicionamento contrário ao sugerido do respectivo demonstrativo, sugere que a decisão seja formalmente registrada e anexada do respectivo processo.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Joyce Cristina S. de Oliveira

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000720/2026

Fls. 153

Número do processo: 000000720/2026 Número Único: Z24.TQH.DCY-MD

Requerente: EQUIPE DE APOIO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/07/2026

Assunto: PROCESSO

Súmula: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 017/2026

Observação: CI EA N° 017/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 154

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fls. 155

PARECER CONTÁBIL Nº 036/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROTOCOLO NÚMERO ÚNICO SAJ.HF3.RAK-OP DE 02/07/2026
ORIGEM: CI 140/2026 – SAD

Prezada Senhora,

Em atenção ao despacho supra citado, expedido por vossa senhoria e após análise, do contido na comunicação interna do órgão solicitante, informo-lhe a **EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS,** para assegurar o pagamento da obrigação, para atender o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PUBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, PREVISTO PARA OS DIAS 07/07/2026 A 10/07/2026, BRASÍLIA-DF.

FICHA: 08

ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais).
SALDO ATUAL DA FICHA: R$ 79.274,00 (setenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais).

Itiquira-MT., 02 de julho de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

Fls. 156

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

fls. 157

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA Nº 021/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PUBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, PREVISTO PARA OS DIAS 07/07/2026 A 10/07/2026, BRASÍLIA-DF.

Eu, Sarah da Costa Rosa, no exercício do Cargo de Assessora Contábil, matrícula funcional 527, CPF 018.***.***81, nos termos do Art. 18 da Lei 14.133/2021, do Art. 72, IV, da Lei 14.133/2021, declaro que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar, conforme objeto acima citado, no valor estimado de total de **R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais),** por meio das seguintes dotações orçamentárias:

FICHA: 08

ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	.01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: **R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais).**
SALDO ATUAL DA FICHA: R$ 79.274,00 (setenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais).

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT., 02 de julho de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Portaria Legislativa 005/2025

Estado de Mato Grosso
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
Controle da Despesa Orçamentária - Período de 01/01/2026 a 02/07/2026

Cadastro	Descrição	Código
Entidade:	**CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA**	
Despesa:		8
Orgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA	01
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL	001
Função:	LEGISLATIVA	1
Subfunção:	AÇÃO LEGISLATIVA	31
Programas:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
Projeto / Atividade:	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
Natureza da Despesa:	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

Recurso	Dotação Inicial	Empenhado	Suplementado	Bloqueio	Desbloqueio	Saldo da Despesa
1.500.0000000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS						
	160.000,00	80.726,00	0,00	90.265,00	90.265,00	79.274,00
Saldo da Dotação	160.000,00	80.726,00	0,00	90.265,00	90.265,00	79.274,00

SARAH DA COSTA ROSA
..561-**
Assessora Contábil

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 140/2026 Itiquira - MT, 02 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
SRA. SARAH DA COSTA ROSA
ASSESSORA CONTÁBIL

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e solicitar de V.Sa., parecer contábil e declaração de disponibilidade de dotação orçamentária, para cobertura despesa, com capacitação de pessoal, junto a empresa: Instituto Ulysses Guimarães Ltda, CNPJ 40.033.708/0001-63, para atender o objeto abaixo citado, nas seguintes condições:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal "46° Congresso de Gestão Pública, modalidade: presencial, carga horária: 10 h/aulas, data prevista: 07 a 10 de julho de 2026, local: Brasília-DF.

Processo Administrativo	Nº 017/2026
Inexigibilidade	Nº 012/2026
Quantidade de Participantes	04 (quatro) Vereadores: João Neto da Silva, Francisco José Pinheiro Jota, José Carlos a Batista e Silvane Tunes Leite
Valor Individual da inscrição	R$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais).
Valor Global da Despesa	R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais)

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

DEMONSTRATIVO DA COMPOSICÃO DE PRECOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - "46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA":

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	Proposta	Preços Públicos Obtidos						Média de todos os valores obtidos (R$)	Mediana de todos os valores obtidos (R$)	Valor Método Sugerido Unitário Final (R$)	Valor Método Sugerido Total Final (R$)
					Empresa: Instituto Ulysses Guimarães Ltda **CNPJ:** 40.033.708/0001-63	**Orgão:** Câmara Municipal de Indianópolis/MG **NFS:** 3028	**Orgão:** Câmara Municipal de Frutal/MG **NFS:** 3029	**Orgão:** Câmara Municipal de Lagoa Santa/MG **NFS:** 3030	**Orgão:** Câmara Municipal de Capinópolis/MG **NFS:** 3035	**Radar TCE/MT**	**Painel de Preços (PP)**				
					VALOR UNIT. (R$)	**VALOR UNIT. (R$)**		**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**				
1	395241-0	Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal - 46° Congresso de Gestão Pública, modalidade presencial, carga horária 10 h/aulas, data prevista: 07 a 10 de julho de 2026, Brasília-DF.	UNIDADE	4	1.490,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	-	-	1.490,00	1.490,00	**1.490,00**	**5.960,00**
VALOR ESTIMADO TOTAL (R$)															**5.960,00**

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 023/2025

Itiquira/MT, 02 de julho de 2026.

Fls. 160

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001097

Fls. 161

Número do processo: 000001097 Número Único: SAJ.HF3.RAK-OP

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Beneficiário: 001.763.620-00138

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/07/2026

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Súmula: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Observação: CI SAD 140/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE

Fls. 162

DPTO.CONT.CI Nº 143/2026 Itiquira-MT, 02 de julho de 2026.

Do: Departamento de Contabilidade

Para: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
MARIA ROSENY FARIAS LIMA

Assunto: RESPOSTA CI SAD – Nº 140/2026.

Prezada Senhora,

Vimos pela presente cumprimentá-la cordialmente e em resposta a vossa comunicação interna em epígrafe, confirmar a existência de dotação orçamentária para cobertura do objeto abaixo descrito, valor total estimado de: **5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais),** conforme parecer contábil e anexo.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PUBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, PREVISTO PARA OS DIAS 07/07/2026 A 10/07/2026, BRASÍLIA-DF.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

Anexo:
Parecer Contábil;
Declaração de compatibilidade com peças orçamentárias.

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000723/2026

Fls. 163

Número do processo: 000000723/2026 Número Único: BX9.VKQ.2KK-NA

Requerente: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Requerente: 001.763.620-00138

Endereço: Rua JOÃO BATISTA VIDOTTI, N° 407 SANTO ANTONIO, CEP: 78790-000, Município: Itiquira

Telefone: 6534911514

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/07/2026

Assunto: RESPOSTA C.I

Súmula: RESPOSTA CI SAD N° 140/2026

Observação: CI N° 143/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 164

AUTORIZAÇÃO FINAL
DO GESTOR

Fls. 165

AUTORIZAÇÃO

Eu, Ediomar Gobbi, matrícula funcional 553, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, com base no uso das prerrogativas que me confere a Lei, **AUTORIZO** a Conclusão do **Processo Administrativo nº 017/2026, Inexigibilidade Nº 12/2026**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de serviços de capacitação de pessoal, 46º Congresso de Gestão Pública, com base na Lei Federal 14.133/2021 e normas internas, a ser ministrado pela empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63 estabelecido Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Responsável Legal: Ana Maria Lemos Terra de Rezende (sócia administradora), no Valor Global Máximo de R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais), para o pagamento de 04 (quatro) inscrições, conforme apurado pela equipe de apoio e descrito no demonstrativo de composição de preços, anexo ao processo, para atender o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h, Data Prevista: 07 a 10 de julho de 2026, Local: Brasília-DF.

Itiquira-MT, 02 de julho de 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168
Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.07.02 10:42:50 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Presidente
(Gestão 2025/2026)

Fls. 166

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Fls. 167

ATA DA SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 017/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2026

Em 02 de julho de 2026, às 10:20 (horário local), nas dependências da Câmara Municipal de Itiquira/MT, localizada na Rua João Batista Vidotti, 407, bairro Santo Antônio em Itiquira/MT, Eu, **Caroline de Oliveira Amaral,** matricula funcional 449, designada para atuar no Processo Administrativo supramencionado, conforme determinação da autoridade máxima do Poder Legislativo de Itiquira/MT, e em consonância com a Portaria Legislativa n° 021/2024, visando a realização da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2026,** oriunda do processo administrativo n° 017/2026, em atendimento as disposições contidas na Lei n° 14.133/21, anexo I da Resolução Legislativa 002/2023 e demais legislações pertinentes, objetivando**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H DATA PREVISTA: 07 A 10 DE 2026. LOCAL: BRASÍLIA-DF**, fundamentações legais, razão da escolha da empresa justificada no termo de referência pela secretaria de administração Sra. Maria Roseny Farias Lima e a composição do preço estimado confeccionado pela equipe de apoio, devidamente balizado, assim como citado na página 146, tudo isso aliado às reais possibilidades orçamentárias e financeiras para a contratação e toda documentação juntada no auto do processo, conclui-se, no que compete a mim, agente de contratação, a manifestar que: Dando início a sessão, resta constar que a verificação da documentação de acordo com a Recomendação Legislativa 002/2023 da Controladoria Geral Legislativa desta Casa de Leis e conforme o artigo 9.12 do termo de referência, demonstrado abaixo:

Seq.	Descrição da documentação	Páginas
1	Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao TCU Tribunal de Contas da União – data da consulta: 01/07/2026 às 13:34	113
2	Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - data da consulta: 01/07/2026 às 13:35, n° de controle 6A45.41BF.23D0.F711 (nada consta)	114
3	Cartão CNPJ – Cadastro nacional de pessoal jurídica. (ativa) – emitido aos 01/07/2026 às 13:35	116 a 118
4	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – código de controle: AA23.902E.33D5.F164, emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 com validade até 19/08/2026. Confirmação da autenticidade de certidões em 01/07/2026 às 12:37	120 a 121

5	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF. Certificação n° 2026060704495548410203 informação obtida em 01/07/2026 às 13:38 Válida até: 06/07/2026.	122 a 124
6	Certidão Negativa de Débitos Junto a Secretaria da Fazenda. Certidão n° 190114291592026	125
7	Certidão Negativa de Débitos Trabalhista. – Certidão n° 58702297/2026, expedição: 01/07/2026 às 13:41 Válida até: 28/12/2026.	126
8	Certidão Negativa de Débitos Junto a Órgãos Públicos. Certidão n°: 190114291642026	127
9	Consulta opção simples nacional (NÃO OPTANTE) data da consulta: 01/07/2026 às 13:43	129
10	Confirmado endereço através de declaração	131
11	Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública do TCE-MT (nada consta) – verificado: 01/07/2026 às 12:43	133
12	Detalhamento da Penalidade - Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) (nada consta) – verificado: 01/07/2026 às 13:44	134

2

Em análise aos autos do processo constatou-se que a determinada contratação se encontra presente no Plano de Contratação Anual (PCA) aprovado pelo Decreto Legislativo n° 004/2025, Item 42, sequência 01, página 39, sendo assim, recomenda-se que o documento seja atualizado no prazo oportuno. Concluindo, após verificação do processo, que a empresa **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA,** Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63, estabelecida na Q Sde Quadra 01 Conjunto e Lote, Nº 04, Apt 102 parte C, CEP 72.145-105, Bairro: Setor de Desenvolvimento Econômico (Taguatinga), Brasilia-DF. Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Telefone (61) 8654-5280, encontra-se **REGULAR e HABILITADA,** para os fornecimentos do respectivo objeto no valor total de **R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais**) Itiquira-MT, em 01 de julho de 2026. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxccxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL
Agente de Contratação
Portaria n° 021/2024

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 141/2026 Itiquira – MT, 02 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: UNIDADE DE COMPRAS
SRA. CAROLINE OLIVEIRA AMARAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO.

Prezada Servidora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e encaminhar-lhe o Processo Administrativo Nº 017/2026, inexigibilidade nº 012/2026, objetivando contratação de empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63, conforme objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H, DATA PREVISTA: 07 a 10 DE 2026, LOCAL: BRASÍLIA-DF.

Processo Administrativo	Nº 017/2026
Inexigibilidade	Nº 012/2026
Quantidade de Participantes	04 (quatro) / Vereadores: **Francisco José Pinheiro Jota, João Neto da Silva, José Carlos Batista, Silvane Tunes Leite**.
Valor Individual da inscrição	R$ 1.490,00 (mil e quatrocentos e noventa reais).
Valor Global da Despesa	R$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais).

Solicito que após analise, que o processo supracitado, seja encaminhado a assessoria jurídica desta Casa para apreciação e parecer.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001100

Data: 02/07/2026

Fls. 170

Número do processo: 000001100 Número Único: KSF.TIK.U7D-8D

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

Observação: CI SAD N° 141/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: UNIDADE DE COMPRAS

UNIDADE DE COMPRAS
COMUNICAÇÃO INTERNA- N º 054/2026

Itiquira-MT, 02 de julho de 2026.

Da: **UNIDADE DE COMPRAS**
Para: **SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA**
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: **PROC.ADM. 017/2026.**

Vimos pelo presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta a CI SAD 141/2026, encaminhamos o processo de inexigibilidade de licitação n° 012/2026, oriundo do processo supracitado, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 10 H DATA PREVISTA: 07 A 10 DE 2026. LOCAL: BRASÍLIA-DF**, devidamente justificado, para que seja submetido à parecer jurídico.

Sem mais, coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Caroline de Oliveira Amaral
Agente de Contratação
Portaria Legislativa 021/2024

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000724/2026

Fls. 172

Número do processo: 000000724/2026 Número Único: A8A.JXZ.XBJ-WU

Requerente: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

ituação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/07/2026

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula: PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2026

Observação: CI N° 054/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO N° 20/2026

Processo Adm. N° 17/2026

Inexigibilidade de Licitação n° 12/2026

De: Felipe Douglas Santos Lucas/ Advogado da Câmara

Para: Gabinete da Presidência

EMENTA: RESPOSTA À CI. SAD 142/2026 – CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ART. 74, III, "F", LEI N° 14.133/21 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) – CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO – POSSIBILIDADE COM RECOMENDAÇÕES.

I. RELATÓRIO

Trata-se de encaminhamento para análise e emissão de parecer jurídico **conclusivo** acerca da legalidade da contratação pela Câmara Municipal de Itiquira-MT, da empresa INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA. – ME (INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES), para a inscrição de vereadores em curso prático de capacitação presencial: "46° CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA", entre os dias 07 a 10 de julho de 2026, em Brasília-DF.

Ao que importa para a análise, pretende-se a contratação direta do particular por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, "f", da Lei n.° 14.133/2021), pelo valor de **R$ 5.960,00 (cinco mil novecentos e sessenta reais).**

Este é o singelo relatório. Passo a opinar.

II. DA ANÁLISE JURÍDICA

II.I. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado por esta Assessoria veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.II – DA COMPETÊNCIA E DA OBRIGATORIEDADE DA ANÁLISE JURÍDICA

O art. 53, da Lei nº 14.133/21, a exemplo do que ocorria no âmbito da pretérita lei de licitações, dispõe sobre a obrigatoriedade de envio dos processos licitatórios para análise do órgão de assessoramento jurídico competente. Vejamos:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

A exigência do controle prévio de legalidade realizado pela competente assessoria jurídica não se excetua,

inclusive nas hipóteses de contratação direta, como do caso sob análise, consoante se conclui pela leitura do artigo 72, III da Lei nº 14.133/21:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> ...
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

Neste contexto, não há dúvida de que é atribuição privativa desta Assessoria Jurídica promover o controle prévio de legalidade em relação aos processos licitatórios, bem como às contratações diretas.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA

III.I - DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Prefacialmente, há que se verificar se a fase preparatória da contratação seguiu aos trâmites ditados pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

O art. 18 da referida lei, traz os critérios para o planejamento objetivo do órgão público que deverá fazer constar previsão de todas as suas contratações em documento único, consolidado anualmente e compatível com as leis orçamentárias - o Plano de Contratações Anual:

> Art. 18. **A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual** de que trata o inciso

VII do caput do art. 12 desta Lei, **sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias**, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
V - a elaboração do edital de licitação;
VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor

> técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.
> (...)

Nesta toada, apontamos a recente publicação do **Decreto Legislativo n° 004/2025 publicado em 12 de dezembro de 2025 que aprova o Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Itiquira-MT, consentâneo com a Lei Orçamentária Anual.**

Importa mencionar que a contratação objetivada consta precisamente do ITEM 42 do Anexo do referido Decreto Legislativo.

Além disso, vale frisar que a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares encontra-se expressamente dispensada **(devidamente consignada a justificativa às fls. 24)**, consoante disposto no artigo **8°, II, "a" do Anexo IV da Resolução n° 02/2023, que regulamenta a Lei n° 14.133/21, no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Itiquira-MT**, *in verbis*:

> Art. 8° A elaboração dos ETPs:
> II - Poderá ser dispensada nas hipóteses de:
> a) simplicidade do objeto ou quando o modo de seu fornecimento puder afastar a sua necessidade e da análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

Nestes termos, considerando a elaboração de Documento de Formalização de Demanda - DFD (fls. 19-22), bem como do Termo de Referência (fls. 26-38), entendemos que a etapa

do planejamento foi satisfatoriamente executada nos ditames da Lei de Licitações e Contratos.

II.II – DA ANÁLISE JURÍDICA – DA POSSIBILIDADE E DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A novel Lei nº 14.133/2021, que substitui sua obsoleta antecessora (Lei nº 8.666/93), desponta pela necessidade de regulamentação do disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Saliente-se, ademais, que o artigo 37, XXI da Constituição Federal prevê a possibilidade de lei ordinária fixar hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

Sendo assim, a Lei 14.133/2021 prevê nos artigos 72 e seguintes, as hipóteses de contratação direta pela administração, que correspondem aos modelos de **dispensa e inexigibilidade de licitação.**

A diferença substancial existente entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação é que nos casos de inexigibilidade é inviável a competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração, **sendo que nos casos de dispensa a possibilidade de competição existe, no entanto, a lei faculta a dispensa do processo licitatório deixando a decisão à Administração, no exercício de sua competência discricionária.**

Verifica-se, assim, que a licitação é a regra, no

entanto, quando inviável a competição ela será inexigível. Havendo possibilidade de competição deverá haver licitação, ressalvados os casos previstos em lei como de dispensa de licitação.

Note-se que na inexigibilidade de licitação não estão presentes os pressupostos para uma escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração.

A exigência de licitação decorre da necessidade de preservação do interesse público, sendo que a sua realização no caso de inexigibilidade acabaria por prejudicar esse próprio interesse, na medida em que ou não seria selecionada qualquer proposta, ou a proposta selecionada não atenderia ao interesse público.

Desta forma, conclui-se que a ausência dos pressupostos lógicos, fáticos e jurídicos necessários para a realização da licitação, com lastro na inviabilidade de competição, configura o que a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021) denominou de inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o seu artigo 74, sendo que **uma vez caracterizada tal situação a decisão de não realizar o certame é vinculada**, não restando alternativa à Administração senão a contratação direta.

Ressalte-se, no entanto, que a inexigibilidade de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a Administração, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a seleção do contrato mais adequado e vantajoso à Administração.

O artigo 74, da Lei 14.133/93 traz as hipóteses de inexigibilidade de licitação. Com efeito, dispõe o referido artigo, *in verbis*:

> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
> II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
> **III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
> b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
> c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> **f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
> g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
> h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
> IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1° Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2° Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3° Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4° Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5° Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

> II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
> III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Verifica-se da análise de tal dispositivo legal, que as hipóteses previstas nos incisos são meramente exemplificativas, sendo que na existência de um caso concreto de inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das hipóteses ali referidas, aplica-se o caput do artigo.

No caso em tela, importante destacar o previsto no inciso III do artigo supracitado, traz **a enumeração dos serviços técnicos especializados aptos a elidir a licitação.**

Além disso, para a caracterização da inexigibilidade de licitação prevista neste inciso a lei exige, ainda, a **notória especialização, sendo vedada ainda a subcontratação a terceiros.**

No caso em apreço, a área demandante, apresentou no Termo de Referência (fls. 26-38), justificativa da contratação ante a necessidade de capacitação dos vereadores para aprimorar sua atuação no desempenho das respectivas atribuições institucionais e atualização de conhecimentos.

Cumpre repisar que a análise jurídica do presente processo é estritamente legal/ técnica, de modo que não nos imiscuiremos nos critérios de mérito administrativo (conveniência e oportunidade) que levaram à contratação.

Seguindo a análise devemos avaliar que o Termo de

Referência cumpriu os requisitos mínimos dispostos no 6°, XXIII, da Nova Lei de Licitações, vejamos:

> Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:
> ...
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
> j) adequação orçamentária;

Pois bem, para que se avalie a regularidade da inexigibilidade de licitação, é necessário verificar inicialmente se o contratado possui notória especialização, requisito que

caracteriza a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados. Mas, antes de tudo, precisamos nos socorrer ao conceito próprio de notória especialização, trazido pela Lei n° 14.133/2021 em seu artigo 6°, inciso XIX:

> Art. 6°. ... XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

De fato, analisando o presente caso, parece-me que os serviços prestados pela empresa, são de grande relevância para as atividades a serem executadas, uma vez que proporcionarão aperfeiçoamento dos edis no trato com a coisa pública.

Na mesma toada, no que tange à notória especialização, anexou-se aos autos, juntamente com a proposta do particular, prolífico currículo dos palestrantes, bem como o portifólio da pretensa contratada.

Ainda, para embasar o procedimento de inexigibilidade de licitação, é preciso observar o disposto no artigo 72 da Lei n° 14.133/93, *in verbis*:

> **Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> **II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na**

> **forma estabelecida no art. 23 desta Lei;**
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI - razão da escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço;
> VIII - autorização da autoridade competente.
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Acerca da justificativa do preço, importante ressaltar que ela deve evidenciar a razoabilidade dos preços contratados, demonstrando ser esse valor razoável, ou seja, adequado, compatível e proporcional ao custo do bem ou serviço que se pretende adquirir. Tal comprovação se dará através de **ampla pesquisa de preços praticados no mercado**, de forma a demonstrar que o preço indicado é **compatível com os preços apurados na pesquisa. Nesse caso, ainda que seja inviável a cotação de preços com outras sociedades empresárias, em razão da exclusividade, é possível justificar o preço contratado com a apresentação dos preços praticados pelo fornecedor com outros entes públicos ou privados.** Nesse sentido, a Orientação Normativa/AGU 17 dispõe:

> "A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos".

Sobre esse tema, o doutrinador Marçal Justen

Filho também afirma a existência de outros métodos possíveis para se evidenciar a razoabilidade dos preços. ***Na impossibilidade de justificar o preço com base em contratos anteriores firmados entre a Administração e o particular, o autor entende que "o contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional".***

Com relação aos preços, as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

> "**É obrigatória a consulta aos preços correntes de mercado** quando da realização de todo e qualquer procedimento licitatório, **ainda que se trate de dispensa ou inexigibilidade de licitação.**" (Acórdão n° 1.945/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa)
>
> "No que concerne à aferição de superfaturamento e à consequente imputação de débito, a jurisprudência deste Tribunal é farta no sentido de que os **preços praticados pela executora devem estar compatíveis com os parâmetros de mercado**, sem prejuízo de se considerar a realidade fática enfrentada pelo gestor e as peculiaridades atinentes à execução de cada empreendimento (cito como exemplos os Acórdãos 2.008/2005, 798/2008, 1.287/2007, 1.375/2007, 438/2008, 678/2008 e 3.003/2009, todos do Plenário)." (Acórdão n° 8.657/2011, 2ª Câmara, rel. Min. André Luís de Carvalho)
>
> "Em procedimento de dispensa de licitação, devem constar, no respectivo processo administrativo, elementos suficientes para comprovar a compatibilidade dos preços a contratar com os vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços". (TCU. Acórdão 1607/2014-Plenário)

O balizamento do preço contemplou comparação dos preços praticados pelo futuro contratado, conforme extratos dos termos de contratação, consignados entre as folhas 141 e seguintes, em observância ao disposto no § 4° do artigo 23 da Lei n° 14.133/2021. Atendendo minimamente às exigências legais, ao materializar o mapa comparativo de preços de fls. 146.

Saliente-se, finalmente, que, como dito, o procedimento de inexigibilidade de licitação também visa à seleção do contrato mais adequado e vantajoso para a Administração observando-se as peculiaridades do caso, de forma que o procedimento também deverá ser instruído com a verificação da necessidade e conveniência da contratação com a devida justificativa, além da comprovação da existência de recursos para a contratação. Ademais, também deverão ser preenchidos os requisitos de habilitação e contratação exigidos para a licitação.

II.II.I - DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/EMPENHO

A contratante deve atentar-se às exigências da legislação financeira e orçamentária, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, para os casos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (arts. 15 e 16) ou de atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17). Recomenda-se atestar nos autos se trata-se ou não de tais casos, exigindo-se ou dispensando as providências.

Verifica-se, portanto, que, para qualquer contratação, independentemente do valor, deverá a Administração

demonstrar e planejar a capacidade para efetuar o pagamento das despesas de custeio e contratos administrativos vigentes, em consonância com a Lei nº. 14.133/1993 e com as demais regras orçamentárias que prescrevem a impossibilidade de realização de qualquer despesa pública sem o prévio empenho ou de assunção de obrigações das quais decorrerão despesas públicas sem previsão orçamentária.

No caso, o Parecer Contábil nº 36/2026 (fls. 155) demonstra a existência de dotação orçamentária específica para a contratação, contudo, ainda pende a demonstração do respectivo empenho.

II.II.III – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA

Quanto às condições de capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira da empresa contratada, requisitos necessários para a continuidade contratual, verifico que foram acostados ao processo os documentos de habilitação e regularidade da segunda contratada.

Ressalte-se, todavia, **que é responsabilidade da área técnica analisar o teor dos documentos de habilitação, sua veracidade e adequação à condições do termo de referência, devendo atestar que o contratado preenche todos os requisitos de habilitação.**

Recomenda-se que, na data de formalização da contratação, sejam conferidas as validades de todas as certidões, pois há possibilidade de vencerem ao longo do procedimento.

II.II.III - DA MINUTA DO CONTRATO

A contratação em apreço encontra respaldo legal no artigo 95, II da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> **Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:**
>
> **I - dispensa de licitação em razão de valor;**
> **II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.**
>
> **§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.**
> **§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).**

Não fica dispensado, contudo, o dever de dar publicidade aos atos relativos ao processo de inexigibilidade.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **sob os critérios estritamente legais do ato**, opina-se pela **possibilidade jurídica de formalização do negócio jurídico**, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, "f", da Lei n.º 14.133/2021, desde que:

- haja prévio empenho;

- se certifique a validade das certidões de habilitação do contratado, na finalização do processo de contratação; e,

- seja dada publicidade ao ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Itiquira-MT, 03 de julho de 2026.

FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS
Advogado da Câmara – OAB/MT 15.237

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000727/2026

Fls. 192

Número do processo: 000000727/2026 Número Único: ESQ.FSU.VME-TY

Requerente: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 03/07/2026

Assunto: RESPOSTA C.I

Súmula: RESPOSTA A CI SAD 142/2026

Observação: PARECER JURÍDICO N° 20/2026
PROCESSO ADM N° 17/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 142/2026 Itiquira - MT, 02 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: FELIPE DOUGLAS
ADVOGADO

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER.

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar Parecer Jurídico, referente ao Processo Administrativo Nº 017/2026, Inexigibilidade **Nº 0012/2026,** com capacitação de pessoal, junto a empresa: Instituto Ulysses Guimarães Ltda, CNPJ 40.033.708/0001-63, para atender o objeto abaixo citado:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal "46° Congresso de Gestão Pública, modalidade: presencial, carga horária: 10 h/aulas, data prevista: 07 a 10 de julho de 2026, local: Brasília-DF.

Processo Administrativo	Nº 017/2026
Inexigibilidade	Nº 012/2026
Quantidade de Participantes	04 (quatro) Vereadores: João Neto da Silva, Francisco José Pinheiro Jota, José Carlos a Batista e Silvane Tunes Leite
Valor Individual da inscrição	R$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais).
Valor Global da Despesa	R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais)

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001102

Fls. 194

Número do processo: 000001102 Número Único: ZOI.SHX.HLN-BG

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

ituação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 02/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER

Súmula: SOLICITAÇÃO DE PARECER

Observação: CI SAD 142/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

02/07/26

Interessado: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS

Fls. 195

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO

Fls. 196

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

CADASTROS IMPEDITIVOS

Fls. 198

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/07/2026 10:34:42

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**
CNPJ: **40.033.708/0001-63**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Fls. 199

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/07/2026 às 10:35) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.033.708/0001-63.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A47.BAB7.2ABD.8751 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Fls. 200

DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

Fls. 203

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.033.708/0001-63 **MATRIZ**		**07/12/2020**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (*)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS (*)
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE	**04**	**APT 102 PARTE C**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
72.145-105	**SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA)**	**BRASILIA**	**DF**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INSTITUTOULYSSESGUIMARAES.COM.BR	**(61) 8654-5280**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**07/12/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/07/2026** às **10:32:57** (data e hora de Brasília).

Fls. 202

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
40.033.708/0001-63
NOME EMPRESARIAL:
INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ANA MARIA LEMOS TERRA DE REZENDE
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **03/07/2026** às **10:33:35** (data e hora de Brasília).

Fls. 203

Condições de Dispensa de Licenciamento

Estabelecimento:
40.033.708/0001-63 - INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
UF/Município:
DF/BRASILIA

Órgão	Abrangência	Condições
Corpo de Bombeiros	FEDERAL	• Desde que as atividades sejam realizadas na residência do empreendedor, sem recepção de pessoas; ou em edificações diversas da residência, se a ocupação da atividade tiver ao todo até 200 m² (duzentos metros quadrados) e for realizada: em edificação que não tenha mais de 03 (três) pavimentos; em locais de reunião de público com lotação até 100 (cem) pessoas; em local sem subsolo com uso distinto de estacionamento; sem possuir líquido inflamável ou combustível acima de 1000 L (mil litros); e sem possuir gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cento e noventa quilogramas).

SITUAÇÃO FISCAL

Fls. 205

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CNPJ: 40.033.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Condições de Dispensa de | Certidões Administração F | ConsultaConsolidada_400 | Cadastro Nacional de Cor | certidao - 2026-07-03T09 | Resultado da Consulta de | Certidão Positiva de Débi | Pedir ao Gemini

Ficheiro | C:/Users/ASSESSORIA/Downloads/Certidao-40033708000163%20(17).pdf

Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa

1 / 1 | 100%

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
CNPJ: 40.033.708/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:32:00 do dia 20/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2026.
Código de controle da certidão: **AA23.902E.33D5.F164**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pesquisar

09:37
03/07/2026

Fls. 206

Fls. 207

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.033.708/0001-63

Razão social: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

Endereço: Q 1 CO E 04 APT 102 PARTE C/ SETOR DE DESENVOLVI / BRASILIA / DF / 72145-105

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/07/2026 a 31/07/2026

Certificação Número: 2026070206185548410228

Informação obtida em 03/07/2026 10:38:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 208

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 40.033.708/0001-63
Razão social: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
02/07/2026	02/07/2026 a 31/07/2026	2026070206185548410228
06/2026	07/06/2026 a 06/07/2026	2026060704495548410203
13/05/2026	13/05/2026 a 11/06/2026	2026051321335548410288
21/04/2026	21/04/2026 a 20/05/2026	2026042101055548410237
02/04/2026	02/04/2026 a 01/05/2026	2026040204185548410213
14/03/2026	14/03/2026 a 12/04/2026	2026031400595548410239
23/02/2026	23/02/2026 a 24/03/2026	2026022318435548410200
03/02/2026	03/02/2026 a 04/03/2026	2026020318365548410200
14/01/2026	14/01/2026 a 12/02/2026	2026011403125548410200
26/12/2025	26/12/2025 a 24/01/2026	2025122607425548410271
06/12/2025	06/12/2025 a 04/01/2026	2025120607045548410275
16/11/2025	16/11/2025 a 15/12/2025	2025111605005548410225
26/10/2025	26/10/2025 a 24/11/2025	2025102604345548410210
06/10/2025	06/10/2025 a 04/11/2025	2025100603525548410269
17/09/2025	17/09/2025 a 16/10/2025	2025091707325548410289
27/08/2025	27/08/2025 a 25/09/2025	2025082707205548410254
08/08/2025	08/08/2025 a 06/09/2025	2025080819005548410263
20/07/2025	20/07/2025 a 18/08/2025	2025072003205548410255
01/07/2025	01/07/2025 a 30/07/2025	2025070104275548410268
12/06/2025	12/06/2025 a 11/07/2025	2025061207255548410248
23/05/2025	23/05/2025 a 21/06/2025	2025052320405548410207
03/05/2025	03/05/2025 a 01/06/2025	2025050305015548410228
14/04/2025	14/04/2025 a 13/05/2025	2025041410295548410212
26/03/2025	26/03/2025 a 24/04/2025	2025032620225548410206
07/03/2025	07/03/2025 a 05/04/2025	2025030704145548410205
16/02/2025	16/02/2025 a 17/03/2025	2025021604175548410212
25/01/2025	25/01/2025 a 23/02/2025	2025012510415548410200
05/01/2025	05/01/2025 a 03/02/2025	2025010501035548410212
17/12/2024	17/12/2024 a 15/01/2025	2024121701355548410294
28/11/2024	28/11/2024 a 27/12/2024	2024112801475548410281

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CRF
20/10/2024	20/10/2024 a 18/11/2024	2024102004595548410210
01/10/2024	01/10/2024 a 30/10/2024	2024100122115548410221
12/09/2024	12/09/2024 a 11/10/2024	2024091208375548410242
24/08/2024	24/08/2024 a 22/09/2024	2024082405135548410285
04/08/2024	04/08/2024 a 02/09/2024	2024080404095548410265
16/07/2024	16/07/2024 a 14/08/2024	2024071622145548410202

Fls. 209

Resultado da consulta em 03/07/2026 10:38:18

Voltar

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Fls. 230

CERTIDÃO Nº: 194114533922026
NOME: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
ENDEREÇO: SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
CIDADE: SETOR DE DESENVOLVIME
CNPJ: 40.033.708/0001-63
CF/DF 0802068300155
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2026

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 01 de outubro de 2026. *

Certidão emitida via internet em 03/07/2026 às 10:40:39 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.033.708/0001-63
Certidão nº: 59214929/2026
Expedição: 03/07/2026, às 10:41:54
Validade: 30/12/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.033.708/0001-63, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Fls. 212

CERTIDÃO Nº:	190114291642026
NOME:	INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA
ENDEREÇO:	SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04
CIDADE:	SETOR DE DESENVOLVIME
CNPJ:	40.033.708/0001-63
CF/DF	0802068300155
FINALIDADE:	VERIFICACAO DE DEBITOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2026

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 29 de setembro de 2026. *

Certidão emitida via internet em 01/07/2026 às 13:40:20 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Fls. 213

CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

ata da consulta: 03/07/2026 10:42:38

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

Fls. 234

CNPJ: **40.033.708/0001-63**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF

GOOGLE MAPS

Fls. 216

DECLARAÇÃO

Eu, Caroline de Oliveira Amaral**, matrícula** funcional 449, Agente Administrativo, **DECLARO** que não foi encontrado no site: https://www.google.com.br/maps/preview localização da empresa **INSTITUTO ULYSSES GUIMARAES LTDA**, CNPJ: 40.033.708/0001-63. Assim, para a devida comprovação, utilizou-se como referência o endereço constante na **Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa**, nº **190114291642026** emitida pelo Governo do Distrito Federal , consultada em 01/07/2026 a qual consta o seguinte endereço: **SDE QUADRA 01 CONJUNTO E LOTE APT 102 PARTE C 04 , SETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (TAGUATINGA) – BRASÍLIA -DF.**

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT, 03 de julho de 2026.

Caroline de Oliveira Amaral
Agente de Contratação
Portaria Legislativa 021/2024

Fls. 217

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fls. 218

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

Cadastro de Empresas Inidôneas

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 03/07/2026 09:43

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 meses	1774140/2024
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 meses	1774140/2024
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 anos	171069/2020
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 anos	1804979/2024

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/07/2026

Dados da consulta: 03/07/2026 10:43:40

FILTROS APLICADOS:

CNPJ: 40.033.708/0001-63

Consulta

CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	UF DO SANCIONADO	MOTIVO DO IMPEDIMENTO	ÓRGÃO SANCIONADOR	NÚMERO DO CONVÊNIO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado						

Fls. 219

Fls. 220

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fls. 221

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 017/2026
Inexigibilidade Nº 012/2026

RECONHEÇO E HOMOLOGO com base na Lei Federal de Licitação 14.133/21, o processo de inexigibilidade de licitação nº 012/2026, oriundo do processo administrativo nº 17/2026, com fundamento no artigo 74, III, f, da lei 14.133/21, para a empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63 estabelecido Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br. Responsável Legal: Ana Maria Lemos Terra de Rezende (sócia administradora), para o objeto abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h, Data Prevista: 07 a 10 de julho de 2026, Local: Brasília-DF.

PARTICIPANTES: 04 (quatro)

VALOR UNITÁRIO: R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais).

VALOR GLOBAL: R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais).

Itiquira-MT, 03 de julho 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.07.03 11:14:33 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Ver. Presidente
(Gestão 2025/2026)

Portaria nº 002/2024

Publique-se

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANAGÁ - DEP. DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº. 004/2026.

Contratante: Câmara Municipal de Itanhangá/MT.

Contratado: Empresa, **TIM S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.421.421/0001-11, estabelecida na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº. 850 Bloco 001, Salas 501 a 1208, Barra da Tijuca/RJ CEP: 22.775-057.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSINATURA MENSAL COM SERVIÇO DE LIGAÇÕES ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA E SERVIÇOS DE DADOS, FRANQUIA DE 10GB, TECNOLOGIA 3G/4G/5G (USO ILIMITADO, COM REDUÇÃO DE VELOCIDADE APÓS FRANQUIA, COM SEIS CHIPS. PARA A ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL. DE ITANHANGÁ/MT.

or global: R$ 5.752,80 (cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Valor Mensal: R$ 479,40 (quatrocentos e setenta e nove reais, com quarenta centavos).

Vigência: 03 de junho de 2026 a 03 de junho de 2027.

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação, com fundamento nos Art. 72, e 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itanhangá MT, 03 de julho de 2026.

Celeni Gehm

Agente de Contratação

Câmara Municipal de Itanhangá/MT

Portaria nº 002/2024

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 017/2026

Inexigibilidade Nº 012/2026

RECONHEÇO E HOMOLOGO com base na Lei Federal de Licitação 14.133/21, o processo de inexigibilidade de licitação nº 012/2026, oriundo do processo administrativo nº 17/2026, com fundamento no artigo 74, III, f, da lei 14.133/21, para a empresa **Instituto Ulysses Guimarães Ltda**, Nome Fantasia: Instituto Ulysses Guimarães, CNPJ 40.033.708/0001-63 estabelecido Q SDE, quadra 01, conjunto E, lote nº 04, Apt. 102, parte C, CEP 72.145-105, Bairro setor de desenvolvimento econômico (Taguatinga), Brasília-DF. Telefone: (61) 8654-5280, Email: contato@institutoulyssesguimaraes.com.br, Responsável Legal: Ana Maria Lemos Terra de Rezende (sócia administradora), para o objeto abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – 46º CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga horária: 10 h, Data Prevista: 07 a 10 de julho de 2026, Local: Brasília-DF.

PARTICIPANTES: 04 (quatro)

VALOR UNITÁRIO: R$ 1.490,00 (mil, quatrocentos e noventa reais).

VALOR GLOBAL: R$ 5.960,00 (cinco mil, novecentos e sessenta reais).

Itiquira-MT, 03 de julho 2026.

EDIOMAR GOBBI
Ver. Presidente
(Gestão 2025/2026)

Fls. 232

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 061/2026.

Dispõe sobre a Concessão de férias regulamentares a servidora efetiva e, dá outras providências.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando, o requerimento da servidora **GILVANA CRUZ NASCIMENTO** .

Considerando o disposto no art. 76, da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias regulamentares à servidora **GILVANA CRUZ NASCIMENTO**, auxiliar de serviços gerais, matrícula funcional 04, referente ao período aquisitivo de 04 de março de 2025 a 03 de março de 2026.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, corresponderão ao período de gozo de 06 de julho de 2026 a 20 de julho de 2026, com retorno previsto para o dia **21 de julho de 2026**.

Art. 2º- As férias só poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 03 de julho de 2026.

Ediomar Gobbi

Vereador/Presidente

Gestão 2025/2026

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 062/2026

Dispõe sobre a Concessão de férias regulamentares a servidor comissionado e, dá outras providências.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando, o requerimento da servidora Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa.

Considerando o disposto no art. 76, § 3º da Lei Municipal nº 379, de 03 de março de 1999.